

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário
Setor de Taquigrafia



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 6ª
(SEXTA)
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO DE
2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS PODERES DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
DE 30 DE MARÇO DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela *TV Câmara Distrital*.

Já solicitei aos Deputados que registrem suas presenças. Já temos quatro presenças registradas. Portanto, há *quorum* regimental. (Pausa.)

Agora, são cinco Deputados presentes.

Oriento os Deputados presentes que só os titulares nesta reunião... O Deputado Pepa e o Deputado Thiago Manzoni estão como titulares, estão substituindo regimentalmente os titulares; portanto, V.Exas. terão também direito a voto.

Encontram-se presentes o Deputado Hermeto, Relator; o Deputado Fábio Félix; o Deputado Pepa, que substitui o Deputado Pastor Daniel de Castro; o Deputado Thiago Manzoni, que substitui o Deputado Joaquim Roriz Neto; e este Presidente.

Peço ao pessoal da assessoria que traga o depoente a este plenário.

Sobre a mesa, a seguinte ata de reunião anterior:

- Ata da 5ª Reunião Ordinária.

Tendo em vista a divulgação prévia da ata, pergunto aos Deputados se podemos considerar como lida e aprovada a ata do item nº 1.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PEPA – Sim.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota “sim”.

A referida ata está aprovada com 5 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Pergunto ao Deputado Hermeto se deseja fazer algum comunicado a esta CPI.

DEPUTADO HERMETO – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Comunico que houve alteração na composição desta CPI. O Deputado Max Maciel passa a ser o representante suplente do Bloco Parlamentar PSOL-PSB, em substituição à Deputada Dayse Amarílio. Agradeço a participação da Deputada Dayse Amarílio e dou as boas-vindas ao Deputado Max Maciel.

Quero comunicar que estão previstos os seguintes depoimentos...

Relator, quanto aos depoimentos do mês de abril, como estão previstos dois depoimentos por cada reunião, vou pedir aos senhores que a gente faça uma reunião administrativa para organizar a agenda do mês de abril.

Estão de acordo? (Pausa.)

DEPUTADO HERMETO – Sim, Presidente.

Ontem, na reunião com o Ministro Alexandre de Moraes, V.Exa. ouviu dele que as investigações no Supremo vão se aprofundar cada vez mais e em um tempo maior.

Então, acho que a pauta que vamos discutir é que possamos ouvir só um depoente a cada reunião da CPI, haja vista que todas as vezes que colocamos dois depoentes no mesmo dia não conseguimos ouvi-los.

Fica esse registro.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tenho em mãos um requerimento extrapauta, de autoria do Deputado Hermeto.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Requerimento Administrativo nº 134, de autoria do Deputado Hermeto, que "solicita à Polícia Militar do Distrito Federal e a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal o compartilhamento de todas as informações dos Inquéritos Policial Militar - IPM que correspondem aos Praças e aos Oficiais, tanto os finalizados quanto os em andamentos sobre os Atos Antidemocráticos ocorridos em Brasília com esta Comissão Parlamentar de Inquérito".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO PEPA – Sim.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência vota "sim".

O requerimento está aprovado com 5 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Vamos iniciar agora o depoimento.

Muito obrigado, Deputado Martins Machado. V.Exa. se deslocou de uma solenidade para socorrer o *quorum*. Felizmente, já há *quorum* com a presença de V.Exa., do Deputado Thiago Manzoni e do Deputado Pepa.

Devo corrigir porque, entre o convite que nós fizemos ao Tenente-Coronel Jorge Henrique da Silva Pinto e a data de hoje, ele foi promovido a coronel. Portanto, está corrigido aqui na ata: ele é o Coronel Jorge Henrique da Silva Pinto.

Sr. Jorge Henrique da Silva Pinto, esclareço que o senhor está diante de uma comissão parlamentar de inquérito na condição de testemunha e, como tal, tem o dever de dizer a verdade, sob pena de incorrer no crime previsto no art. 342 do Código Penal.

Apesar disso, caso V.Sa. entenda ter envolvimento com os fatos criminosos ora investigados, terá o direito de permanecer em silêncio, de não produzir provas contra si mesmo e de ser assistido por um advogado. Pergunto a V.Sa.: o senhor trouxe advogado?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, excelência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não trouxe advogado.

Eu vou iniciar fazendo umas perguntas ao senhor; depois, o Deputado Hermeto também irá inquiri-lo; e, em seguida, os demais Deputados pela ordem de chegada.

Sr. Jorge Henrique da Silva Pinto, qual cargo o senhor ocupava no dia 8 de janeiro de 2023, desde quando ocupava tal cargo e quais eram as suas atribuições?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Bom dia, excelências; bom dia, Presidente. No dia 8 de janeiro deste ano, eu era o Coordenador de Assuntos Institucionais da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública. Estava nesse cargo desde o início de março de 2022, e minhas atribuições estavam voltadas ao acompanhamento exatamente de manifestações, atos, eventos de grande porte e análise de risco para esses atos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero exatamente que o senhor diga as atribuições de uma agência de inteligência, no caso específico. Quais são as atribuições da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, excelência. Se me permite, eu preciso fazer só um preâmbulo a respeito da inteligência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero que o senhor faça o preâmbulo, explique tudo. O senhor tem todo o tempo para fazer essa explicação, porque ela é muito importante para nós.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Perfeito. Primeiramente, a inteligência funciona como uma ferramenta de auxílio ao processo de tomada de decisão. A Subsecretaria de Inteligência está vinculada ao Secretário de Inteligência, à Agência Central do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal. Ela tem atribuições divididas, definidas conforme alguns princípios da própria atividade de inteligência, que são, por exemplo, a compartimentação, o princípio da oportunidade, o princípio da presença constante. Então, todos esses princípios norteiam qualquer uma das atividades de inteligência. Nesse sentido, dentro da Subsecretaria de Inteligência, nós tínhamos três coordenações – nós temos ainda três coordenações –, e a minha estava destinada somente ao acompanhamento dos atos, manifestações, eventos de grande porte e acompanhamento desses eventos para suporte e assessoramento ao processo decisório, ao decisor, que é o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O ato convocado para a tomada do poder no dia 8 de janeiro de 2023 foi considerado, pela parte que o senhor coordenava, como um grande evento?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Primeiramente, não. Não pelo seguinte: não tínhamos recebido informações suficientes que permitissem chegar a essa condição. Só conseguimos chegar a esse entendimento a partir do momento em que conseguimos estabelecer uma célula de inteligência...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quando se deu esse momento? Que horas, que dia?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Dia 7 de janeiro de 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Portanto, no dia 7 de janeiro de 2023, vocês já o consideravam como um grande...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, não. A partir do dia 7, estabelecemos a célula de inteligência e, no final do dia 7 e início do dia 8, conseguimos chegar a esse entendimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por que aconteceu o ato se vocês chegaram à conclusão de que era um grande evento?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, a atividade de inteligência tem a função de reportar o que pode acontecer e atua de duas formas: uma de forma preditiva, informando o que pode vir a acontecer; ou, então, criando retratos daquele momento, daquela manifestação, daquelas situações, e assim por diante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Os senhores informaram para quem que era um evento de grande porte?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – A Subsecretaria de Inteligência se reporta ao próprio secretário. No caso, no dia, ao Secretário Executivo de Segurança Pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vocês reportaram ao secretário, que disse aqui que não era o secretário. O Dr. Fernando afirmou, nessa cadeira em que o senhor está sentado, que o secretário tinha ido para os Estados Unidos e não tinha passado o cargo para ele. Vocês se reportaram, e o que ele disse para vocês?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eu não sei dizer direito o que ele disse, porque a Subsecretaria de Inteligência era quem se comunicava diretamente com ele.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Coronel Cintia?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ou melhor, a Marília?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – A Delegada Marília.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Dra. Marília, não é?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Exato. A minha atividade era produzir todo o conhecimento necessário para fornecer os subsídios para ela, e ela fazia esse reporte diretamente ao secretário executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Aí, quando aconteceu o fato, vocês tinham informado de tudo, qual foi a sensação, o que vocês disseram?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Permanecemos acompanhando, porque todo evento tem repercussões e tem diferentes atividades que são desenvolvidas durante a sua realização. Então, o acompanhamento foi constante e incessante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor participou da elaboração do PAI – Plano de Ações Estratégicas (*sic.*) da Secretaria de Segurança, o PAI nº 2, de 2023?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, não participei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quer dizer que a inteligência não participou da elaboração do plano?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, não. A minha coordenação não participou. Mas é como eu disse anteriormente: um dos princípios da inteligência é a compartimentação, e algumas das outras coordenações podem ter participado. A minha, em específico, não participou.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor não achava estranho que a inteligência, que estava exatamente passando as informações, não participasse da elaboração do PAI?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Pode ter sido algum problema de comunicação interna, mas a minha coordenação não participou.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Aconteceram outros eventos importantes aqui na cidade. Desses outros eventos vocês participaram da elaboração do plano de segurança ou não?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Na grande maioria, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sempre participaram?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Praticamente de todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não achou estranho que, dessa vez, vocês não participassem?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – É... não participamos ativamente, mas o próprio PAI mostra que a inteligência foi...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor está dizendo aqui que não participou?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. Participamos ativamente...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E participava antes, não é?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Anteriormente. No dia da elaboração, não. Mas nós participamos, a inteligência sempre assessorou todas... A inteligência da secretaria tem duas atividades: uma de assessoramento ao próprio secretário e outra de assessoramento a todas as outras subsecretarias, já que é a única que desenvolve inteligência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Será que foi por isso que o governador disse que teve um apagão?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Você concorda com a frase do governador de que houve um apagão na segurança pública naquele dia?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Na inteligência, eu tenho certeza absoluta que não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A inteligência estava acesa e não...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – ...Não apagou.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – A inteligência funcionou a todo momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas a segurança pública não funcionou.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – É. Prestamos os esclarecimentos ao secretário. É um processo decisório. A inteligência não decide. Então...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor hoje é um coronel, portanto, tem uma longa vida na Polícia Militar do Distrito Federal. O senhor já foi oficial de rua?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Participou de manifestações na Esplanada?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Diversas. Todas as posses de presidente, eu estive presente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor estava presente...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Como é que o senhor vê essa situação do dia 8 quando, segundo o governador, houve o apagão?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eu acredito que podem ter tido atos específicos que precisam ser analisados. Mas...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Que atos o senhor acha que devem ser analisados?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Ah... Sobretudo a integração entre os órgãos, porque a Polícia Militar não era a única presente no teatro de operações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas a polícia praticamente não estava presente.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Pelo que eu li no relatório do interventor, eram quinhentos homens. Então, acredito que...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Aqui foi dito pelo Coronel Naime que eram duzentos homens.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – No relatório, está dizendo 555.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ontem, numa audiência que nós tivemos com o Ministro Alexandre de Moraes – que hoje é Ministro do Supremo Tribunal Federal, mas antes foi Secretário de Segurança Pública de São Paulo –, S.Exa. nos disse – ele não pediu segredo, não é Deputado Hermeto? – que quando ele era Secretário de Segurança Pública de São Paulo, ele falou: “Eu no comando de uma operação dessas, com cinquenta homens do choque, com os escudos, com o armamento à altura do que precisaria ali, não teriam acontecido aqueles atos”. E ele é um homem experiente, ex-Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

O senhor – com a experiência que o senhor tem, inclusive, de campo, de teatro ali nas ações – acha que era possível conter aqueles atos?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, eu não sei como foi planejado o emprego desse efetivo. Então, para ter esse entendimento, eu precisaria saber se havia tropa suficiente, se havia tropa reserva, como estava disposta no ambiente. Eu não tenho como responder isso, porque estava focado na atividade de inteligência na data.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas a inteligência – que parece que tinha um bocado de gente que não tinha tanta inteligência – não acatou as informações da inteligência.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – É, a inteligência trabalha para o processo decisório. Então, alguém precisava tomar a decisão, e foi repassado para esse decisor. O Secretário de Segurança Pública que respondia por esse cargo é o secretário executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E depois que o senhor viu o resultado? O senhor – que tem experiência, que esteve no teatro de operações por várias vezes ali, inclusive, nas posses presidenciais em que não houve problema – não ficou um tanto quanto frustrado, não?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, claro. Acho que todos os brasilienses ficaram, mas eu tive que focar na atividade de inteligência. Estávamos focados nisso. Os suportes aos decisores de cada órgão eram destinados..., eram desenvolvidos pelas inteligências de cada um dos órgãos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não acho que ficou muito parecido com um complô? Porque vocês informaram e não tomaram providência. Não pareceu um complô para que aquelas coisas acontecessem efetivamente?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não acredito. Não acredito pelo seguinte: estive à frente da coordenação da célula de inteligência que atuou nos dias. E um dos órgãos que mais atuou nesse dia foi a inteligência da Polícia Militar. Era o que mais me reportava. Então, eu não acredito que tenha...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E se a inteligência funcionou, o que falhou naquele dia?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eu precisaria ter o conhecimento do planejamento e de como foi empregada a tropa, ou da integração entre os órgãos. Eu não tinha essa informação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não teve interesse depois em ver como é que tinha sido o planejamento? O senhor como oficial, que sempre esteve lá no teatro de operações e tudo, não teve curiosidade em ver o que que tinha acontecido e por que falhou?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Curiosidade, tenho, sim. Inclusive...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor leu, verificou, analisou?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. Não cheguei a analisar. Não tive tempo para isso, por causa das outras atividades.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas já faz mais de 90 dias que aconteceu, e o senhor não teve tempo ainda de analisar aquelas coisas?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, Excelência. Eu olho...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor leu o relatório do interventor?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Li. Desenvolvemos relatórios...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não era mais importante ter analisado onde a Polícia Militar falhou do que ler o relatório do interventor?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. Para minha função, no momento, era interessante aprimorar a atividade de inteligência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor ainda está na inteligência?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. Nesse momento, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas aí não tinha mais... Se o senhor não estava mais, por que aprimorar?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Até a minha saída, 6 de março deste ano, eu busquei o aprimoramento da inteligência, verificando relatório, verificando todas as atividades que foram desenvolvidas, e desenvolvi tudo que foi necessário para o aprimoramento desse serviço.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

O senhor participava dos grupos de WhatsApp Perímetro Policial e Difusão SSP-DF? O senhor poderia me dizer quem estaria nesse grupo, se o senhor participava dele?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Participei de ambos os grupos. O grupo Difusão é um grupo que foi criado já no governo passado, era um grupo que vinha sendo reformulado e se mantinha o estabelecimento dele. Quem criou esse último grupo do dia 8 fui eu – eu mesmo – por determinação da Subsecretária de Inteligência. E nesse grupo estavam o Secretário Executivo; a Delegada Marília, Subsecretária de Inteligência; o Comandante-Geral da PM; o Coordenador de Contrainteligência da Subsecretaria de Inteligência – com quem eu trabalhei durante bastante tempo; se eu não me engano – eu preciso lembrar desse fato – o Chefe de Gabinete, não sei se ele foi adicionado posteriormente, e eram esses. No grupo Perímetro, eu não sei quem era todos os integrantes, não fui eu quem criou, eu estava como participante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Segundo consta em matérias jornalísticas amplamente divulgadas, no dia 7 de janeiro de 2023, o senhor teria realizado vários avisos nesses grupos alertando sobre a chegada de extremistas nesta Capital com a clara intenção de tomar o poder, alertando ainda para o risco de invasão e depredação de prédios públicos e confronto com as forças de segurança.

O senhor poderia nos dizer quais informações o senhor repassou aos grupos e quais eram as fontes dessas informações?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, teve dois momentos de repasse de informações. Um primeiro, que foi elaborado um relatório de inteligência mais completo – mais completo, que eu quero dizer, é que ele segue alguns procedimentos, precisa ter uma estrutura específica. E depois, com a criação da célula, foram estabelecidos os grupos. Todo tipo de conhecimento, dado ou informação relativo aos eventos foram repassados dentro do grupo, e esse grupo permitiu com que a gente elaborasse essas frações que chegavam ao secretário executivo. Então, toda informação que chegou a ele chegou também a todos os órgãos que faziam parte desses grupos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor sabe se o secretário executivo tinha que se reportar ao Anderson Torres nos Estados Unidos?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não sei dizer. Não sei dizer isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Anderson Torres, antes de viajar para os Estados Unidos, ele fez alguma reunião prévia com vocês para verificar como estavam as coisas?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, eu não tive contato com ele.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Reunião nenhuma?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Nenhuma.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nem se despediu?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eu não sei dizer se com a subsecretária de inteligência, mas comigo e com os outros coordenadores não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ninguém participou de nenhuma reunião com ele?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, não, Excelência. Eu me lembrei de mais um fato: o próprio ex-Secretário Anderson Torres também foi incluído no grupo Difusão que eu criei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ele estava nos Estados Unidos, mas estava sabendo das coisas?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eu o inseri no grupo, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E o senhor via que ele estava recebendo as informações? Porque, pelo grupo, na hora que você aperta lá, se recebeu, fica azulinho ali, não é?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – A gente não se preocupava em saber quem recebeu. A importância maior era saber se o secretário executivo, que estava na função, havia recebido. E isso, normalmente, a própria Delegada Marília nos informava.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Que ele tinha recebido?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E o Anderson Torres também?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eu não cheguei a verificar isso, mas a princípio, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quais as autoridades de segurança estavam no grupo que deveriam adotar algumas providências e não adotaram? O senhor acredita que as informações que o senhor divulgou no grupo não foram levadas a sério? Houve má-fé das autoridades que deveriam adotar as medidas necessárias?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Acredito que não, Excelência. Eu entendo isso justamente por causa das reuniões que eram desenvolvidas na secretaria, após as informações da inteligência. Então, tudo que era repassado, normalmente, o secretário, que era o usuário das informações da inteligência da Secretaria de Segurança Pública, ele fazia reuniões, estabelecia, passava essas informações adiante.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas, se não houve má-fé, o que houve afinal das contas?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não sei dizer, Excelência. O trabalho foi feito. O trabalho foi feito, foi desenvolvido, todos os órgãos foram integrados por meio da célula de inteligência. Justamente para viabilizar o contato dos seus analistas e profissionais de inteligência com os decisores dos demais órgãos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor pode informar se alguém da Polícia Militar do Distrito Federal teve acesso a essas informações, pois o Coronel Jorge Eduardo Naime esteve nesta CPI, semanas atrás, e disse que “tais informações não serviriam para o planejamento da operação, e, sim, para a contenção e intervenção de algo que já estaria acontecendo.”

O senhor concorda com o Coronel Naime?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Concordo que não foi enviado para a Polícia Militar. Por quê? De acordo com o protocolo tático integrado, um documento assinado por diversos órgãos – o assessoramento com relação a manifestações por meio de análise de risco – é direcionado diretamente ao Secretário de Segurança Pública e à Subsecretaria de Operações Integradas. Esse processo foi desenvolvido. Por isso que nenhum outro órgão teve acesso a esse documento, já que era um documento inicial para a elaboração do protocolo operacional integrado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pelo que o senhor está nos falando aqui, a Polícia Militar foi às escuras, não é? O entendimento que eu estou tendo é de que jogaram a Polícia Militar em uma armadilha.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, a atividade de inteligência trabalhou desde o dia 3, quando começamos a verificar a existência de dados, de informações, na internet, que diziam que haveria um ato tanto no dia 7, quanto no 8 e no dia 9, que seria o início de uma greve. A partir daí...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Greve de quem?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Greve geral. Dessa forma que foi estabelecida.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – O movimento dos dias 7 e 8 se chamava tomada de poder e, a partir do dia 9, greve geral. Todos esses dados foram reunidos e passados para o secretário executivo. Como não havia um entendimento geral de todos os órgãos de que haveria realmente esses atos do dia 8, criamos a célula a partir do dia 7. A subsecretaria de inteligência criou a célula a partir do dia 7. Dessa forma, conseguimos repassar todas as informações para todos os órgãos, inclusive a própria Polícia Militar, que foi a única. A única não. Alguns órgãos que integravam essa célula tinham participação ativa, e a Polícia Militar, pelo contato que eu tive com os agentes, foi a que mais participou.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A inteligência sabia que estava acontecendo um chamamento para a tomada do poder, ou seja, derrubar a República. E a polícia não foi preparada para fazer esse enfrentamento?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, no dia 3, quando recebemos essa informação, iniciamos o trabalho de inteligência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Dia 3. Não é?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Dia 3 de janeiro. No dia 5 de janeiro, não tínhamos ainda nenhuma informação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – De janeiro?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Cinco de janeiro. Três, dois dias depois do início da divulgação disso em redes sociais. No dia 5, recebemos o único documento a respeito, um único documento a respeito, um documento de inteligência, oriundo do Ministério da Justiça, e esse documento, ele tratava sobre essa possibilidade. Como é que se chegou aos dados que estavam ali. Alguém que integrava um grupo de mensagens do WhatsApp verificou que algumas pessoas tratavam sobre essa tomada de poder, mas não havia uma possibilidade de se indicar que era uma quantidade grande, quem eram as principais pessoas envolvidas e se elas já estavam em Brasília. Isso não, não conseguimos identificar, porque realmente não estavam. Mas somente no dia 5 recebemos esse documento. Além disso, durante o dia 5 e o dia 6 continuamos incessantemente os trabalhos de inteligência, porque a inteligência, ela precisa receber uma informação, ela precisa verificar se essa informação está sendo divulgada, ela precisa verificar se essa informação, além de divulgada, se ela está sendo retransmitida. Além disso, ela precisa, – a gente – a inteligência precisa identificar se essa informação retransmitida está alcançando algum grupo que possa ser prejudicial para a segurança pública. Então, é um trabalho praticamente incessante. No dia 6, no dia em que concluímos o relatório de inteligência, não tínhamos ainda um entendimento do que é que poderia ocorrer. Nós tínhamos um entendimento que havia, no Distrito Federal, 300 pessoas – de 250 a 300 pessoas –, e isso não seria suficiente para uma espécie de tomada de poder. Esse foi o nosso entendimento até sexta. A partir daí, com a célula, conseguimos integrar as atividades de inteligência dos outros órgãos e alcançar essa informação no dia 8.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor tem cópia desse documento da inteligência do Ministério da Justiça?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. Não tenho. Ele se encontra na Secretaria de Segurança Pública. É um documento de inteligência. Não sei se vai poder integrar o processo, né? Normalmente, documento de inteligência não pode...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor leu o documento?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Li.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O que que dizia o documento? Descreva-o para a gente, aqui. O que ele falava?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Era um documento que tratava da... da participação de CACs, dentro um grupo de WhatsApp.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Explique o que são CACs para quem está nos acompanhando, porque esta CPI está sendo transmitida ao vivo, pela TV Legislativa.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – CACs são colecionadores, atiradores e caçadores. E muitos grupos se reúnem – são vários grupos, e um deles estava tratando sobre essas... esses... esses... essa condição de tomada do poder.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esse grupo, esse CAC que estava dizendo em tomar o poder com arma – porque eles têm arma – é de Brasília?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. Não é de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – De qual estado?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eu não me recordo, agora, Exa. Eu precisaria...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor leu o documento?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Li ele no dia 5 de janeiro. Por isso, elaboramos o nosso documento. E o nosso documento, eu sei o que está escrito. Mas desse documento...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas é muito importante a gente saber onde está esse CAC armado, que queria...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Secretaria de Segurança Pública possui esse documento. E mais, Exa., eu acho que é importante dizer: se a Subsecretária de Inteligência, Delegada Marília, não estivesse lá, não teríamos tido acesso a esse documento, porque... Ela já tinha trabalhado no Ministério da Justiça. Então, ela teve, eh... por causa dos contatos, isso chegou para a gente. Se não fosse ela, não teríamos tido acesso a esses dados.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Relator, nós vamos requisitar esses documentos todos, porque nós precisamos chegar a esse CAC específico, de que o senhor está falando, para que a gente possa convocá-lo a vir explicar aqui quantas armas, quem financiou, o que queria efetivamente. Porque isso é uma das coisas mais terríveis. É o que disse ontem o Ministro Alexandre de Moraes. Isso é crime. Isso é crime. Um grupo armado! Isso é terrorismo. Então, vamos requisitar.

Caso o Coronel Jorge Eduardo Naime tenha razão, as autoridades que receberam essas informações não teriam que acionar um efetivo para intervir de pronto e conter a real ameaça de invasão a prédios públicos? Ainda estou me referindo ao documento de inteligência. O senhor não acha que deveriam ter feito isso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. A função da Inteligência é assessorar o decisor, e o decisor tomar essas decisões.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor é experiente, policial experiente, esteve em teatros de operações na Esplanada, em muitos momentos, esteve em desocupações de áreas públicas também – eu sei que o senhor esteve lá – e sempre comandou com brilhantismo. Faça uma avaliação aqui, para nós, por que as autoridades policiais falharam naquele dia. Por que houve o apagão?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, o apagão, na atividade de inteligência, não houve. E, aí, eu posso garantir que todos esses dados produzidos chegaram aos agentes, aos profissionais de inteligência, e é bem provável que tenham chegado aos decisores. A Inteligência, como não produz, não decide, apenas produz conhecimento... a gente se limita a essa condição. Então, é bem provável que os decisores tenham se comunicado, mas não tenho informação além do que a produção do próprio conhecimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Depois que o senhor viu lá o resultado, tendo sido feito todo esse trabalho de inteligência, o senhor não chegou a sentir a frustração de

dizer: "Caramba, nós trabalhamos tanto, informamos tanto; não fizeram nada, e está aí agora esse resultado?"

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Bom. Na inteligência, nós temos um... um ditado. É uma espécie de brincadeira interna, uma piada interna. Nós não podemos nos frustrar, porque não tomamos decisões. Então, a nossa atividade foi concluída. Nós desenvolvemos... eh... geramos conhecimento, difundimos esse conhecimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Alguém falhou. Na sua avaliação, quem falhou, coronel?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eh... O que eu posso dizer é que... eh... a inteligência atuou. Eu não sei quem falhou. A inteligência fez todo o trabalho necessário. Para dizer quem atuou, seria necessário identificar... eh... a integração de outros órgãos em outros níveis que não o de inteligência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas fica fácil, coronel, dizer que vocês cumpriram a parte de vocês, mas não sabem quem falhou. O senhor sendo um homem da inteligência.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, não tínhamos... O foco da... da inteligência, naquele momento, era assessoramento ao secretário. Então, alguns... algumas... eh... alguns entendimentos sobre como o planejamento... os planejamentos das instituições, das corporações eram desenvolvidos, nós não tínhamos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu pergunto ao senhor: a cúpula da segurança pública do Distrito Federal, no dia 8, falhou ou não falhou?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – O que eu posso dizer é que a inteligência atuou.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não. Eu estou falando da cúpula, já que vocês atuaram, vocês informaram, vocês alertaram. E aconteceu dia 8. Quem estava no comando falhou ou não falhou?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – A princípio, sim. Houve invasão de... de prédios públicos...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Houve depredação. Então, houve... houve uma falha.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – De quem é a falha?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não sei dizer, Excelência. Isso precisa ser... eh... apurado por todos os... os... os... verificado com todos os envolvidos no dia. Porque uma coisa é certa: a Polícia Militar não estava sozinha no ambiente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel, do meu ponto de vista, a falha não é daqueles – corrija-me aqui, meu Relator, você, que é policial –meninos que estavam lá, que são duzentos meninos... Estudantes?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estavam no estágio ainda. Estagiários da Polícia Militar. Eram 200. Do meu ponto de vista, a falha não é deles.

Coronel, de quem é a falha?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eh... Presidente, segundo segundo consta do relatório, foram 500 homens e não só esses 200, né?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Coronel Naime disse aqui –ele, que estava em campo, mostrou-se ferido aqui, apanhou, o que é lamentável...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Ele... ele não participou do planejamento em si, né? Ele chegou somente no dia 8, após o início da... das...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ontem até o Ministro Alexandre de Moraes nos falou – não é, Relator, Deputado Hermeto? – que há uma cavalaria no Distrito Federal e, de repente, botaram um coitado de um cavalo para apanhar sozinho, lá, não é? Até o Ministro usou essa... botaram um cavalo para apanhar sozinho.

O senhor, como comandante que já comandou operações e tudo, acha normal colocar um único cavaleiro ali para apanhar daqueles agressores?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Presidente, o... o... o emprego de efetivo, sobretudo montado, não é desenvolvido sozinho. Eh... Então, eh... eu precisaria ter um entendimento melhor de como foi esse emprego. Mas, a princípio, não estava sozinho, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor não se interessou ainda em dar uma lida, verificar as falhas e tudo? Porque ajudaria muito esta CPI se o senhor apontasse essas falhas.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eu entendo, Presidente, mas... eh... como... como a minha atividade era a inteligência, eu precisava... eh... me focar naqueles... naqueles estudos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou fazer uma pergunta ao senhor, agora, que remete diretamente à inteligência: vocês investigaram quem organizou aquele acampamento e quem são os financiadores? Eu estou falando do acampamento aqui do QG do Exército.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Como eu disse, Excelência, existe um princípio da atividade de inteligência que se chama compartimentação. Como a minha atividade era desenvolvida para acompanhamento de atos, eventos...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas lá era um evento.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. O acompanhamento imediato desses atos e a previsão de gestão de riscos para isso... eu tenho certeza absoluta de que a minha coordenação não recebeu nenhuma informação a esse respeito. Pode ser que alguma outra coordenação tenha recebido, justamente em atendimento a esse princípio da compartimentação, que é próprio da atividade de inteligência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Coronel Naime disse que ali, naquele acampamento, tinha prostituição, tráfico e máfia – uma máfia do pix. Ele falou isso sentado aqui, nesta cadeira em que o senhor está. A inteligência não se interessou em aprofundar essa investigação?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – De acordo com a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, existem diversos tipos de inteligência. Uma delas é a inteligência policial militar, e a outra é a inteligência policial investigativa. A respeito disso, a respeito da inteligência policial investigativa, eu não recebi nenhum relatório, nenhum relatório técnico, nenhum relatório de inteligência. Então, a minha coordenação não teve acesso a essas informações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor teve conhecimento dessa informação transmitida aqui pelo Coronel Naime?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Somente pelo que foi passado em imprensa e pelo que acompanhávamos em redes sociais, para auxiliar o planejamento do acompanhamento das manifestações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor participava da célula de inteligência de segurança pública, que tinha um grupo de WhatsApp onde os integrantes da célula de inteligência se comunicavam? Quais agências de inteligência faziam parte dessa célula?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, participava. A célula de inteligência, quando foi montada, dois grupos foram criados. Esse principal, com os chefes de agência... Nesse grupo, todos os órgãos de segurança pública do DF se encontravam: Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Detran e Secretaria de Administração Penitenciária.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor tinha conhecimento de todas as informações que circulavam nessa célula?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Se o senhor tinha conhecimento de todas as informações que circulavam na célula, o senhor sabe que... O Coronel Naime, depois, aqui, baseado nessa célula, disse que havia tráfico, que tinha prostituição e que tinha máfia do pix. Portanto, o senhor tomou conhecimento.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, não. O Coronel Naime não fazia parte desses grupos, somente a inteligência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas ele disse que foi o grupo de inteligência que informou para a polícia, para ele.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Deve ter sido um grupo de inteligência interno da corporação, da Polícia Militar. A Secretaria de Segurança Pública tinha, dentro desse grupo SISP, integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, mas o Coronel Naime não fazia parte desse grupo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – No dia 8 de janeiro de 2023, às 14h08min, o senhor, novamente, enviou um alerta no grupo de WhatsApp chamado Difusão, dizendo que a manifestação, tomada de poder, aumentava gradativamente em número de participantes, que a situação era alarmante e que já teriam chegado ao Distrito Federal 126 ônibus e mais de 2500 pessoas.

Novamente eu pergunto, coronel: se as informações que o senhor repassou ao grupo tivessem sido levadas a sério e tivessem sido tomadas as medidas pertinentes, o caos instalado na Praça dos Três Poderes, naquela tarde, teria sido evitado?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Muito provavelmente, mas eu não sei de que forma os decisores entenderam os meus alertas. Mais uma vez: a inteligência produz conhecimento para auxílio ao processo decisório. Quem decide não é a inteligência.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel, pelo que o senhor está dizendo aqui, Deputado Hermeto, eu chego à conclusão de que aquela baderna interessava a alguém. Porque o senhor... Veja, foi às 14h08min. O senhor transmitiu a informação dizendo que aumentava, que já tinha mais de 2500 pessoas, que os ânimos eram realmente de depredação, de ocupação de prédios públicos e tudo. O senhor avisou.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Confronto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu gostaria que o senhor dissesse aqui no microfone. O senhor avisou que poderia ter confronto.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Confronto. Confronto com as forças policiais. Eu mesmo informei isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor se reportou a ele dizendo: olha, vai ter confronto com as forças policiais.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor avisou para ele: vai ter confronto. Não foi?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Tanto no grupo Difusão, que era endereçado ao assessoramento do Secretário de Segurança Pública, quanto nos grupos da célula, que todos os analistas, de todos os órgãos, se faziam presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Coronel, o depoimento do senhor está sendo muito importante. Sabe, Deputado Hermeto? Talvez um dos mais importantes, porque às 14h08min o senhor avisa: vai ter confronto com as forças policiais. O que é comum: se vai ter confronto, chama o choque, chama a cavalaria, chama o BPCães. Não é assim que a polícia age?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Depende, Presidente. Depende porque o planejamento pode ser... Como é discricionário do comandante da operação, ele pode estabelecer que essas linhas de choque, choque montado, BPCães, se posicionem em outras áreas que também podem ser... estar sendo... sofrendo ataques.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas eles não se posicionaram em canto nenhum porque eles não existiam, coronel.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não sei como foi.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Este é o problema: eles não existiam, eles não estavam no teatro de operação. Eles estavam em casa. Mesmo o senhor avisando: olha, vai ter confronto. Um coronel de inteligência avisa que vai ter confronto, e ninguém toma providência nenhuma? Nós vamos chegar a quem interessava isso. Porque interessou a alguém. Eu creio que talvez, coronel, tenha sido um dos dias mais frustrantes da sua vida. Avisar que iria ter confronto, depois ver colegas do senhor ensanguentados, apanhando na rua como se fossem... O senhor não ficou muito frustrado com aquilo? De que serviu o meu trabalho de inteligência?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Presidente, eu tenho duas profissões. Sou policial militar há 29 anos e profissional de inteligência há 24. E, a partir do momento em que entrei na atividade de inteligência, verifiquei que a frustração não pode me alcançar. Então, o meu serviço foi feito. A inteligência é conhecida como... Os profissionais são conhecidos como soldados do silêncio justamente por isso. A gente... Não importa a decisão, mas importa assessorar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor não sentiu nada ao ver seus colegas apanhando na rua? O senhor, um policial experiente e tudo, ver seus colegas apanhando na rua porque não tomaram medidas que o senhor alertou que deveriam ser tomadas?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Isso choca, mas...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Antes do ser inteligência, tem o ser humano.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, choca. Com certeza. Mas, como inteligência, eu entendo que o trabalho foi feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim, mas o senhor enquanto ser humano, enquanto policial, o senhor ficou chocado.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor ficou chocado, não ficou?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Porque eu fiquei. Eu senti vergonha de ver aqueles policiais, especialmente o Comandante da Polícia Militar todo ensanguentado, quando a gente sabe que aquilo poderia ter sido evitado. E o senhor sabe que poderia ter sido evitado. Todos nós aqui sabemos que poderia ter sido evitado.

Eu vou fazer a última pergunta para o senhor: a Secretaria de Segurança, coronel, falhou? A falha foi da inteligência da Secretaria de Segurança? Da inteligência da Polícia Militar? Da parte operacional? Enfim, quem foram os responsáveis pelo apagão na segurança pública naquele triste dia para a história do País e do Distrito Federal? Explique isso para a gente, coronel.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, Sr. Presidente. A inteligência eu tenho certeza de que atuou. A inteligência fez o trabalho, desenvolveu todos os trabalhos. As inteligências dos órgãos tiveram acesso a todas as informações que eram produzidas ou pelos nossos grupos, pela célula, e poderiam ter repassado. Existem questões importantes a serem identificadas nessa pergunta. A inteligência se presta à obrigação de informar o decisor. Se essa informação chega ao decisor, é o mais importante. No caso da Secretaria de Segurança Pública, chegou. É certeza. Eu tenho essa informação. No caso dos demais órgãos, isso precisa ser identificado caso a caso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor tem certeza de que chegou à Secretaria de Segurança? À cúpula? Portanto, ela falhou.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, a informação chegou. Quanto às falhas...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Se chegou, falhou.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Acredito que sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Hermeto pelo tempo que achar necessário fazer as suas inquiries.

DEPUTADO HERMETO – Obrigado, Sr. Presidente.

Coronel, o senhor disse estar há 24 anos na inteligência, não é?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Exato.

DEPUTADO HERMETO – Eu vou fazer só um parâmetro. Desde que eu entrei na polícia, eu sou um pouco mais antigo de tempo de serviço, eu entrei...

(Manifestação fora do microfone.)

DEPUTADO HERMETO – Idade também, mas na graduação e na patente ele é meu... Por estar na Polícia Militar, é meu superior. Basicamente, quando a gente vai empregar... Lembro quando eu era soldado, cabo, sargento, primeiro-sargento, segundo-sargento, por aí vai, até subtenente, que foi quando eu encerrei a minha carreira. Todo emprego, Deputado Chico Vigilante, de algum policiamento – vamos dar um exemplo da Ceilândia, os GTOPs, que atuam na Ceilândia, trabalham de acordo com informação. Concorde?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADO HERMETO – O GTOP não sai aleatoriamente. Ele faz o policiamento ostensivo, mas existem as informações, os P2, que levantam, que fazem e tal e passam os informes. Eu estou certo ou não?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, sim.

DEPUTADO HERMETO – Municia a atividade-fim com as informações. Isso é básico dentro da corporação. Quantas vezes eu saí para um policiamento e falaram: "Sargento, o senhor tem que passar várias vezes nessa quadra aqui porque há um levantamento da informação que ali tem tráfico de droga, ali tem roubo a transeuntes, ali tem roubo de carro". E o policiamento é ostensivo, mas nunca é aleatório, está certo?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. Não deve ser.

DEPUTADO HERMETO – Ele tem um motivo para estar ali.

Eu vou repetir a pergunta, vou usar o termo do nosso Presidente, que utilizou o nome dos meninos, os recém-formados porque, na realidade, eles foram muito bem-preparados, Sr. Presidente. São seis meses em que eles são submetidos a todos os tipos de grau de risco, de periculosidade, de formação, também de direitos humanos, Deputado Fábio Félix. Tudo isso tem na grade dos alunos. Eles estavam na reta final, tanto é que, logo depois, foi a formatura deles.

Eu digo isso para fazer esta pergunta para o senhor. Como Policial Militar, nós sabemos que a inteligência é fundamental para as ações ostensivas da tropa. Se toda a inteligência falhou, ou seja, se toda a inteligência – como V.Sa. disse agora – fez todos os estudos, o senhor alertou a tudo, fez tudo, quem deveria mensurar a quantidade de homens, que tipo de policiamento tinha que ser empregado no dia 8? Como disse o Deputado Chico Vigilante, cavalaria? A cavalaria nunca atua sozinha, eu sei disso. E ela fica sempre na retaguarda da tropa. Estou certo ou estou errado?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, Excelência.

DEPUTADO HERMETO – Ela fica na retaguarda, porque, se eles passarem pelo cordão dos policiais, a cavalaria os dispersa.

Se todos esses informes foram colocados – o senhor ainda alertou no grupo: "Vai ter confronto" –, quem deveria ter planejado e colocado esse policiamento à altura? Porque os 150 a 200 policiais que estavam lá é claro que não eram suficientes.

O Deputado falou que o Ministro Alexandre de Moraes disse... Realmente, cinquenta homens bem-preparados e tal...

Mas a Polícia Militar sempre trabalha com o fator surpresa, ouviu, Deputado Chico Vigilante? Se nós temos uma manifestação para tantas pessoas, a Polícia Militar... Como a gente dizia no nosso jargão, é sempre errar para mais. Nunca errarmos para menos. Então, se a previsão é se a gente vai errar, vamos errar para mais. Vamos pôr trezentos, quatrocentos homens. Hoje, por exemplo, na volta do ex-Presidente Bolsonaro, a Polícia Militar está fazendo um policiamento impecável em Brasília. Houve um planejamento, houve informações de como é que ele iria chegar, a que horas ele iria chegar.

E nesse dia, nesse famigerado dia 8, com todas essas informações, por que a gente só tinha 150 a 200 homens do CFP... Se eu não me engano, é CFP 10, o último CFP. Dez, não é? Quem falhou nisso aí? Se o senhor chegou e mandou os informes, se a secretária falou que mandou os informes, toda a inteligência disse que alertou, quem tinha que planejar o efetivo e colocar lá na rua?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, eu posso dizer com todas as letras que o Departamento de Operações.

DEPUTADO HERMETO – O DOP. Coronel Naime.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – O DOP. É. Na época, quem comandava.

DEPUTADO HERMETO – Ele era o responsável e ele estava de férias.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Exato.

DEPUTADO HERMETO – Ele estava ausente.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Existe uma subchefia, Subchefia de Operações, que, atualmente, eu ocupo essa chefia. Esse planejamento de hoje, da chegada do ex-Presidente, foi todo desenvolvido por mim. Hoje, às quatro da manhã, eu já estava no ar e, desde ontem, trabalhando com isso.

DEPUTADO HERMETO – E, até o momento, não houve uma falha, que a gente saiba.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Nada. Até o momento em que eu desliguei meu telefone, tudo *Ok*. Então, eu posso dizer, com todas as letras, que o Departamento Operacional, por meio da Subchefia de Operações.

DEPUTADO HERMETO – Então, o Departamento Operacional era diretamente ligado às informações do serviço de inteligência para empregar o policiamento?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – É quem planeja a operação de toda a Polícia Militar. Então, existe um chefe, o chefe do Departamento de Operações. Mas isso precisa ser individualizado, para saber se a subchefia trabalhou, atuou, se o próprio chefe do departamento atuou. Então, essa é a condição atual.

DEPUTADO HERMETO – Essa individualização de que V.Sa. fala, agora, é uma das palavras que eu mais utilizo ao longo desta CPI, porque, inicialmente, crucificaram os policiais que estavam lá, no dia 8. A mídia, a opinião pública, enfim, falharam. Então, normal. No primeiro dia eu já disse: Vamos individualizar as condutas. Se havia algum policial tirando *selfie* na hora, ele vai responder. Se havia policial fazendo assim com a mão, para entrar, ele vai responder. Isso é uma exceção, porque a grande maioria que estava ali, estava incumbido, correndo risco. Como disse o Secretário Capelli, no seu relatório, vou repetir, é como se fossem ovelhas indo para o abatedouro. Houve a sargento que quase foi morta, se não fosse outro policial para tirá-la das mãos dos bandidos, hoje, a família estaria enlutada. O policial que o senhor citou, do cavalo, Presidente, ele foi quase linchado. O Coronel Fábio Augusto, Comandante-Geral, estava ensanguentado, e ele é da última instância da Polícia Militar. Ele não é da primeira instância. Para um comandante-geral estar na atividade fim, ensanguentado, é porque todo mundo já estava estropiado. É isso que a gente tem no nosso jargão militar. Mas eu sei do perfil do Coronel Fábio Augusto. Ele sempre foi um cara de rua, de tropa e ele, mesmo sendo oficial superior, mesmo sendo comandante-geral, ele sempre esteve à frente com a sua tropa. Ele dava sempre o exemplo. Isso tem que ser registrado.

O senhor planejou o dia primeiro? A posse do Presidente Lula? Planejou, não. O senhor atuou na inteligência, no dia primeiro?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, da mesma forma que no dia 8; todos os procedimentos que foram desenvolvidos no dia 8 foram desenvolvidos também para a posse.

DEPUTADO HERMETO – O senhor acha que houve um relaxamento depois da posse? Por exemplo, o Presidente tomou posse, mês de férias. Havia muitas férias reprimidas dentro da corporação... O senhor acha que deve ter acontecido isso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Isso é algo que não pode ser desprezado. A Polícia Militar e toda a Segurança Pública do DF vinha trabalhando numa carga de trabalho muito grande. Estava tendo uma carga de trabalho muito grande, desde eventos muito anteriores.

DEPUTADO HERMETO – Desde as eleições, não é?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Anterior a Sete de Setembro.

DEPUTADO HERMETO – É muito bom falar disso. A Polícia Militar vinha com a carga realmente exacerbada. Sete de Setembro foi um dia muito difícil, não é? Eleições polarizadas ao extremo, aqui, no Distrito Federal. Diplomação. Houve aqueles... E a posse. E, aí, depois da posse é como dissesse assim: "Acabou. Eu acho que nós cumprimos tudo". Na sua concepção, pode ter havido isso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Acredito que sim. É... não se pode desprezar essa condição, porque, realmente, entendemos que normalmente em janeiro todas as questões de segurança pública são amenizadas. Ficam mais tranquilas, mais calmas. Isso pode ter acontecido. Mas, com relação à inteligência – para que todos saibam, para que a Casa saiba –, do dia 27 ao dia 16, o único dia em que eu não trabalhei – ou seja, toda a inteligência estava trabalhando – foi o dia 2, dia seguinte à posse. Então, é bem provável que todos os órgãos estivessem esgotados. Isso não se pode desconsiderar.

DEPUTADO HERMETO – Diga-se de passagem – até para a imprensa ouvir –, o efetivo da Polícia Militar, hoje, Deputado Chico Vigilante, acho que não chega a 10 mil homens.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Dez mil.

DEPUTADO HERMETO – Dez mil. E mil vão embora este ano. Mais ou menos mil vão embora até o final do ano. É um efetivo menor do que o da época do *impeachment* do Collor em 1992, em que trabalhei, por quinze ou doze dias na Esplanada dos Ministérios, sem ir para a minha casa. Chovia, a gente molhava a farda, o sol batia e a enxugava no corpo. Os caras-pintadas queriam invadir o Congresso, e a gente segurava no cassetete. E olha que a gente não tinha a tecnologia que existe hoje, não sei o quê, lacrimogênio; não sei o quê, elastômero. A gente tinha aquele cassetete de madeira mesmo, grande. A gente só tinha aquilo para se defender. Os caras-pintadas vinham para cima com gosto de gás. Também participei do *impeachment* da Dilma, quando dividimos a Esplanada dos Ministérios em dois lados, não é verdade?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Exato.

DEPUTADO HERMETO – Não se deixava haver confronto. Ali, nós chegávamos às 6h da manhã – eu já era um senhor de cinquenta anos e pouco – e quando dava meia-noite minhas pernas estavam tremendo de tão cansados que estávamos. O senhor também deve ter participado disso.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADO HERMETO – Então, Deputado Chico Vigilante, isso me leva a crer que o nosso efetivo da Polícia Militar, hoje, é insuficiente para a carga de serviço que tem, por quê? Porque a polícia não cuida só da Esplanada dos Ministérios, não cuida só das embaixadas. Ela cuida de todo o policiamento do Distrito Federal; do Sol Nascente a Planaltina. Isso tem que ser revisto. Os concursos não estão dando conta de suprir os que estão saindo, Sr. Presidente.

Então, no dia 8, o que aconteceu me leva a crer que o efetivo era curto, a tropa estava cansada de tantos eventos que vieram desgastando a Polícia Militar. Leva-me a crer, também, como Relator e como policial militar da reserva que sou, que isso tudo contribuiu para o que ocorreu no dia 8. Houve um relaxamento, a tropa estava exausta.

O serviço voluntário de que muita gente fala, para a Polícia Militar, na verdade, passa a ser uma escravidão do policial militar. Porque muitas vezes – se eu estiver errando, o senhor me corrija – o policial militar coloca no planejamento financeiro dele os serviços voluntários que ele vai tirar ao longo do mês. Ou seja, se tirar dez serviços voluntários, já agrega aquilo, Sr. Presidente, à sua renda familiar. Mas, muitas vezes, o policial está doente, febril, com dor no corpo e vai trabalhar para não perder o serviço voluntário, para não entrar de atestado. É verdade, Coronel?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, é verdade.

DEPUTADO HERMETO – É verdade?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – É verdade.

DEPUTADO HERMETO – É isso aí. Então, eu vou pôr, no meu relatório, que o efetivo da Polícia Militar, no dia 8, foi reflexo do que está acontecendo na corporação: falta de efetivo, trabalho exaustivo que os policiais militares estão tendo. Não justifica, mas explica algumas coisas. Justificar, não. As condutas serão individualizadas, e quem tiver que ser punido vai ser punido.

Coronel Jorge Henrique, o senhor ocupava... Como subsecretário, o senhor era subordinado à...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – À Delegada Marília.

DEPUTADO HERMETO – À Delegada Marília.

Eu vou ser rápido aqui porque meus colegas querem perguntar. Não vou me estender muito mais que trinta minutos. Dia 8 de janeiro, o Coronel Henrique teria emitido sete alertas, não é?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADO HERMETO – Esse grupo Difusão era com o Coronel Fábio Augusto, que estava nele, não é?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADO HERMETO – E dois policiais civis. O senhor sabe quem são esses dois policiais civis?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – É, um deles, o coordenador de contrainteligência, também da Subsecretaria de Inteligência e, se eu não me engano, o outro era o chefe de gabinete do Secretário de Segurança Pública.

DEPUTADO HERMETO – O ex-secretário Anderson Torres também estava no grupo?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Também estava no grupo.

DEPUTADO HERMETO – O Secretário Executivo Dr. Fernando?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, também estava.

DEPUTADO HERMETO – A Subsecretária de Inteligência Dra. Marília?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, também estava.

DEPUTADO HERMETO – E o senhor.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Todos nós.

DEPUTADO HERMETO – Nesse grupo aí, quando o senhor falou “vai ter confronto”, alguém se manifestou, disse alguma coisa na hora?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. Normalmente esse grupo, ele era destinado exatamente a informar. Então, o decisor, muita das vezes, ele tem pouco tempo para se pronunciar numa resposta. Então, a ideia é que isso seja repassado para ele, e ele tome suas decisões de acordo com as suas necessidades.

DEPUTADO HERMETO – O senhor poderia esclarecer o conteúdo do *link* enviado pelo senhor no grupo Difusão no dia 6 de janeiro, às 18h33min?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Isso era uma... é uma agenda que contém todos os eventos que vão ocorrer. Então é um *link* que quem tinha acesso...

DEPUTADO HERMETO – No seu depoimento, 18h33, não foi?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, sim. É um *link* que contém todos os eventos do dia.

DEPUTADO HERMETO – Hum-hum.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Programados para o dia e, às vezes, até para a semana.

DEPUTADO HERMETO – O senhor fez o primeiro alerta no dia 6, não foi? Às 9h09min da manhã.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Na verdade, antes disso. No dia 5...

DEPUTADO HERMETO – Antes?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – É. Não, não consta desse momento, mas, no dia 5, foi também repassada, foram repassadas informações, e aí, no dia 6, foi que se intensificou, justamente porque já entendíamos a possibilidade de confrontos e...

DEPUTADO HERMETO – Até o Deputado Chico Vigilante já mencionou aqui a convocação em nível nacional – o senhor estava no grupo – para que simpatizantes do movimento patriota se deslocassem a Brasília com a intenção de compor o movimento de tomada do poder durante... Isso aí era o conteúdo básico que havia no que o senhor colocou?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Exato. Mantínhamos esse alerta justamente para chamar a atenção de qual era o motivo da fração.

DEPUTADO HERMETO – O Ministro Alexandre de Moraes ontem foi muito solícito com esta CPI. Eu achei muito interessante. Inclusive ele disse que até acompanha a CPI, quando pode. Ele falou do inocente útil. É aquele cidadão que foi para lá recrutado, não sabia nem mais ou menos, mas vai ser punido.

Nos seus informes de inteligência, vocês já estavam constatando que eles estavam recrutando gente de fora de Brasília para trazer para cá?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, sim. É... não era... não chegamos a confirmar o recrutamento, mas eram informações que eram difundidas em redes sociais com chamamentos. Então, identificar isso como um recrutamento, seria necessária uma investigação.

DEPUTADO HERMETO – Recrutamento entre aspas. Seria uma...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Havia chamamento concreto, com aceitação por algumas pessoas, que, no início, eram poucas, e depois se mostrou...

DEPUTADO HERMETO – Eu vou até usar as palavras do ministro. Ele não pediu reserva, como o Presidente falou.

Um delegado estava inquirindo um cidadão que estava nessa manifestação e perguntou o endereço dele. Uma hora ele falava que era em na quadra tal de São Paulo, na outra ele falava o número 30, depois ele falava 40. Mas o delegado quase se estressou, e falou: "Você estava no 30 ou no 40?" Ele disse: "Não, doutor, é que eu moro na rua. Às vezes eu fico em frente ao lote 30, às vezes, eu durmo lá no lote 40." "E por que é que o senhor veio?" "Não, porque passou alguém lá e perguntou se eu queria conhecer Brasília. Que me davam um lanche, davam ônibus, davam comida. Eu vou, estou fazendo o que aqui? Não estou fazendo nada. Eu vou conhecer Brasília." Isso são palavras do Ministro Alexandre de Moraes. Está nos depoimentos de pessoas que foram presas e colocadas no arcabouço jurídico como inocentes úteis.

O senhor tinha conhecimento dessas coisas?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. Especificamente, não. O que nós tínhamos eram chamamentos e o alcance desses chamamentos. Um recrutamento como esse, é como eu disse: pode ser que tenha chegado à subsecretaria, mas, para a minha coordenação em si, não. Justamente por causa do princípio da compartimentação.

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, mais do nunca fica provado que estava tudo orquestrado por gente com condições financeiras, com planejamento para fazer isso acontecer. E nós temos que chegar a esses financiadores. É importantíssimo.

O senhor deu um segundo alerta às 14h44min, certo? No grupo Difusão.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADO HERMETO – O senhor disse assim: "Os ânimos dos manifestantes, inclusive com possibilidade de confronto com as forças de segurança, estão muito exaltados". Nesse momento, ninguém fala nada?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. É isso...

DEPUTADO HERMETO – Todo mundo calado no grupo?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Isso eu já verificava desde o ano passado. Como esse grupo se objetivava a informar, o processo da difusão do conhecimento foi feito, então...

DEPUTADO HERMETO – Aqui há vários alertas, e não vou ler todos. Quarto alerta, às 14h08min, o senhor coloca... O senhor ainda fala de 126 ônibus. Quinto alerta – mais um alerta –, olha só, no dia 8, às 15h13min: “Os bolsonaristas estavam improvisando barracas e coberturas com o material que estava no gramado central da Esplanada”. É isso que o senhor colocou no grupo?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, excelência.

DEPUTADO HERMETO – Isso já eram 15h13min, não é?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Foi após o rompimento da barreira, que eu acho que ocorreu por volta de 14h40min... 14h25min, se não me engano.

DEPUTADO HERMETO – Olha, eu não sou especialista, não. Eu estava viajando, porque era janeiro, e, quando eu vi pela TV que eles tinham passado da rodoviária, eu falei: “Ninguém segura mais”. Quando eu vi que não havia aquele cordão de isolamento e os gradis, eu disse para a pessoa que estava do meu lado: “Olha, vai dar, vai arrebentar”. Ali é o termômetro: na hora em que passa da rodoviária e entra perto da catedral, você não segura mais, se você não tiver a contenção, os gradis. É verdade ou não é?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Isso depende também da quantidade de policiais que se encontram na...

DEPUTADO HERMETO – Mas a gente já estava vendo pela TV. Eu vi o mar de gente que estava ali, o mar de manifestantes – que, para mim, eram manifestantes até a rodoviária; depois dali, quem adentrou é bandido. Até a rodoviária, para mim, eram manifestantes; agora, aqueles que adentraram e quebraram os órgãos públicos são bandidos.

Por isto é que é tão importante a individualização das condutas: porque a gente, Deputado Chico Vigilante, até vê isso quando está na polícia, a turba, o comportamento de cada um na turba. Então, às vezes, a pessoa está junto e faz um novo movimento que os outros fazem. A psicologia explica isso aí.

Quanto ao sexto alerta, às 15h48min, as câmeras do Congresso Nacional mostram os manifestantes seguindo e subindo a rampa do Congresso Nacional. O senhor manda mais um alerta, né?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADO HERMETO – No sétimo alerta já estavam quebrando tudo. Aqui há algumas perguntas, mas não irei fazer todas ao senhor. O senhor sabe me dizer se a inteligência do STF – Supremo Tribunal Federal, do Exército, da Câmara dos Deputados e do Senado estava integrada com os senhores?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Nesse grupo da célula, além dos das forças de segurança, estavam os órgãos federais também.

DEPUTADO HERMETO – O senhor trocava mensagens e tal sobre a situação?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, eram trocadas informações, inclusive com alguns dos órgãos que também auxiliavam nesse processo de construção das frações de inteligência.

DEPUTADO HERMETO – O senhor já falou aqui sobre essa pergunta. O senhor acha que a falha pode ter acontecido na área operacional. A inteligência não falhou, certo?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eu tenho certeza absoluta de que a inteligência cumpriu o papel.

DEPUTADO HERMETO – A inteligência, Presidente, realmente o papel dela... Ela não age. Ela informa. Por exemplo, uma coisa bem primitiva: dois agentes da P2, em um policiamento ostensivo, veem uma boca de fumo na Ceilândia. Eles são proibidos de abordar, certo? Eles têm que informar para a polícia ostensiva abordar. É por aí mesmo!

É, o senhor foi responsável pelas ações de inteligência para a próxima Presidência. Já fiz essa pergunta. A inteligência daí foi comunicada... Essas perguntas o Deputado Chico Vigilante já fez.

Eu quero aqui terminar a minha intervenção, a minha fala, só complementando o que eu disse: é mais que uma verificação, mais que uma constatação. Ou nós aumentamos o efetivo da Polícia Militar, fazendo um planejamento de vários governos de Estado para recomposição do quadro ou, Presidente, teremos situações difíceis pela frente.

Neste ano, a previsão de perda é de mais de mil homens que irão para a reserva, que têm o direito de ir para a reserva. Muitas pessoas falam que o policial militar aposenta com 50 anos de idade. Eu digo e repito: com 50 e poucos anos de idade, o policial militar, ao longo de 30 anos, não tem mais condições físicas de encarar um policiamento como é encarado ao longo da sua carreira. Ele não tem! Cinquenta anos pode ser jovem para quem trabalhou em um banco, para quem trabalhou em outros setores. Sem menosprezar esses profissionais, mas com a carga de trabalho para chegar à Esplanada dos Ministérios às 6h da manhã e sair à meia-noite, às 2h da manhã, e às vezes nem sair, um homem, um senhor de 50 anos não consegue.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Hermeto.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix por até 25 minutos.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço ao Coronel pela presença na nossa reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu gostaria de fazer só uma ressalva, uma correção à fala do senhor. Eu acabei de dar uma olhada aqui no relatório do interventor, e ele fala que o plano previa 555 policiais militares – o que não é confirmado pelas imagens. Então, o relatório dele, na verdade, não confirma que havia 555 policiais militares. As imagens não confirmam aquilo que estava previsto no plano.

Então, acho que é só uma correção, porque as falas de que havia 150, 200 policiais militares são falas de diferentes outros depoentes que vieram aqui, analisaram as imagens e trouxeram essas informações para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu queria começar com algumas perguntas que tenho feito a todos os depoentes.

Coronel Jorge, o senhor conhece pessoalmente o ex-Presidente Jair Bolsonaro?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. Nunca estive em contato com ele.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor já participou de algum grupo de WhatsApp, Telegram ou de outra forma de manifestar apoio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. Vinte e quatro anos de inteligência e me mantendo isento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor participou de alguma manifestação pública que questionava o resultado das eleições de 2022?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Também não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Eu faço essa pergunta e registro o motivo dela: o Código Penal, no seu art. 319, define como prevaricação o ato de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Por isso essa pergunta é importante. Esse é um dos fatos que nós investigamos, apuramos ao longo do processo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu queria voltar a uma pergunta que o Deputado Chico Vigilante fez e que acho importante para a compreensão desta CPI.

Como funciona, Coronel Jorge, a inteligência? Nós tivemos uma péssima impressão do funcionamento da inteligência. Não sei se o senhor acompanhou o depoimento da Delegada Marília, mas ela tinha pouquíssimo conhecimento do funcionamento da inteligência – essa foi a minha impressão – aqui no Distrito Federal. Ela passou poucos dias no cargo, mas tinha experiência em outros cargos de inteligência, antes.

Como funciona a dinâmica da inteligência? As informações que ela passou para nós sobre a inteligência eram informações de que a inteligência era quase um cartório, que transmitia cliques de

notícia da imprensa. Como funciona o trabalho da inteligência? Como vocês reúnem as informações no Distrito Federal?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, perfeito, Excelência. A inteligência, como eu havia dito antes, tem procedimentos próprios. Ela é baseada numa doutrina maior e, a partir desses procedimentos próprios, chegamos a uma produção de conhecimentos. O que significa produzir um conhecimento? Significa receber alguma informação, um dado, verificar que foi postado, em alguma rede social, algum *banner*, alguma informação relativa a algum evento. E, se necessário, se confirmar. Mas não é uma confirmação de se esse evento vai ocorrer ou não. O trabalho é muito mais amplo e mais complexo do que isso. Há necessidade de se verificar se esse dado está alcançando um grande número e se esse grande número de pessoas que foram alcançadas estão habilitadas a repassar isso de uma forma a permitir que o evento ocorra. É necessário verificar se essa retransmissão desses dados ou informações tem um cunho agressivo ou não. Então, diversas atividades são desenvolvidas até que se chegue. Por isso, só conseguimos concluir um relatório de inteligência, com essas informações, contendo os dados mais complexos, no dia 6. No dia 3, verificamos a disponibilização disso em redes sociais. E somente no dia 6, após diversas confirmações, que chegamos a esse entendimento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo.

O senhor ocupava esse mesmo cargo no dia 12 de dezembro de 2022. Correto?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, ocupava.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O dia 12 de dezembro também é parte do escopo da Comissão Parlamentar de Inquérito. Houve aviso prévio da Subsecretaria de Inteligência sobre os fatos que ocorreriam no dia 12 de dezembro de 2022?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Com relação à manifestação, sim. Estávamos acompanhando da mesma forma. Criamos uma...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Qual manifestação especificamente? Quebra de ônibus? Ataque à Polícia Federal? Ataque à 5ª DP?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, não. Nenhum desses havia sido...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Qual é a gravidade do alerta dado no dia 12? Explique um pouco esse alerta.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. O alerta era relativamente baixo também. Tínhamos uma quantidade de pessoas aqui, no Distrito Federal, uma quantidade muito grande de pessoas. Então, o acompanhamento desse evento se deu justamente por causa da quantidade. Havia a... O que nós identificamos? O deslocamento da saída do QG, do acampamento do QG até o Palácio da Alvorada. Então, essa era a intenção de acompanhamento da atividade de inteligência naquele momento. Os fatos que se deram de depredação posteriores se deram em razão da prisão do indígena. Então, essa prisão, nós não tínhamos informação, não tínhamos conhecimento de que essa prisão seria efetuada.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Objetivamente houve alerta de inteligência no dia 12?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Da mesma forma que ocorreu no dia 8, nós estávamos fazendo também.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, houve um alerta baixo...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ... de que haveria manifestações, mas não seriam graves?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Manifestação...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, esse era o único alerta?

Alerta de localização georreferencial de onde esses possíveis manifestantes estariam...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, nós acompanhávamos desde o acampamento até o deslocamento por todo o Eixão até a Esplanada e até também o Palácio da Alvorada.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor não concorda que, então, houve um erro de alerta da inteligência no dia 12 de dezembro?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, não acredito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque, se o alerta era baixo, se se queimou ônibus, se se espalhou botijão de gás pela cidade, com compra de botijão de gás, se explodiram carros, se atacaram duas delegacias de polícia, e o alerta da inteligência era baixo...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, a gente precisa entender...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu entendo que os senhores não tomam decisão, não é a tomada de decisão, mas agora eu me refiro especificamente ao papel da inteligência, que é fazer um alerta às autoridades que tomam decisão.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Perfeito. O alerta foi feito com relação à manifestação. Eh... Conhecíamos... Tínhamos o entendimento de que algumas pessoas podiam realmente cometer atos e, por isso, mantivemos o acompanhamento. Algumas pessoas somente executaram ações naquele dia após a prisão. Essas ações, nós verificamos, pelo acompanhamento de inteligência, que elas eram totalmente descentralizadas. Algumas pessoas foram para o posto de combustível, outras pessoas estavam seguindo para a Polícia Federal. Como a sede era próxima à 5ª DP e, no momento em que eles foram retirados da Polícia Federal, passaram em frente à 5ª DP, desenvolveram os atos lá. Então, não foi algo premeditado. A gente identificou isso pelo acompanhamento do...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor acha que a sequência dos atos foi espontânea?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, sim. Certeza absoluta, porque nós acompanhamos o evento da mesma forma que no dia 8.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De qualquer forma, a gente olhando o cenário global, as consequências do ato do dia 12, o alerta foi insuficiente.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Foi insuficiente para o acontecido no dia 12 de dezembro. Acho importante que isso fique registrado a partir do papel que vocês cumprem também...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, só lembrar um ponto importante. O alerta houve. Eu preciso... Eu precisaria confirmar... Dia 12 foi exatamente o dia em que eu retornei de férias. Eu peguei a operação em andamento. Esse alerta é desenvolvido anteriormente às manifestações...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ele poderia ser no dia 11, por exemplo? Houve alerta no dia 11?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – No dia 11 ou anteriormente, é certeza que isso foi feito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – A gente pode requerer, Sr. Presidente... Depois vamos fazer um requerimento para requerer os dados detalhados do alerta feito no dia 11 e no dia 12, para que a comissão tome conhecimento.

No depoimento prestado à Polícia Federal, o ex-Ministro Anderson Torres, na minha opinião, culpa a inteligência. Aí, ele fala... Que, indagado se era municiado das informações de inteligência a respeito de eventuais atos golpistas, respondeu que a inteligência o municiava de informações mais estratégicas. Que, em relação a esses movimentos, não recebeu informações.

Esse é um trecho do depoimento que ele deu à Polícia Federal no dia 02/02/2023. Então, esse depoimento dele é correto? Essa fala dele é correta?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – A princípio, ele se encontrava no grupo Difusão. Então, o alcance desse grupo era exatamente o Secretário de Segurança Pública. Se ele não estava exercendo, então, o alcance seria... o destinatário dessas informações seria o Secretário Executivo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Então, o senhor não tem certeza... Vocês não chegaram a olhar... O senhor criou algum desses grupos? O senhor disse que criou um deles, não é?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, o grupo Difusão, em que se encontrava o secretário.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Era uma praxe anterior da Secretaria de Segurança fazer esses informes via grupo de WhatsApp?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, já era...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Vocês também fazem esses informes de forma documentada, utilizando sistemas públicos do GDF, como o SEI – Sistema Eletrônico de Informações ou outros sistemas da polícia?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. O relatório de inteligência é, normalmente, produzido com algumas características que não podem ser difundidas por meio do SEI.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Nem em caráter sigiloso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Nem em caráter sigiloso. Entende-se dessa forma justamente para alcançar quem pertence ao sistema, ao sistema de inteligência. As frações, isso se deu para alcançar um dos outros princípios que eu falei anteriormente sobre a inteligência, que é o princípio da oportunidade. Muitas das vezes, a própria Subsecretária de Inteligência se reportava ao Secretário Executivo. E esses alertas feitos no grupo Difusão eram simplesmente para manter a fluidez desse fluxo de informações.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Na última reunião da CPI, o Deputado Gabriel Magno trouxe uma informação sobre o grau de risco que vocês atribuíram à manifestação.

Ele trouxe uma informação, que acho importante, da manifestação da UBES, manifestação de secundaristas, que seria um grau médio, que seria um grau mais violento, podendo ocorrer desdobramentos violentos.

Ele citou, se não me engano, a parada LGBT. Já participei de muitas paradas LGBT. Desde 2003, eu participo de paradas LGBT e nunca vi, Deputado Chico Vigilante, nenhuma violência acontecendo. Os casos são raros, isolados na parada LGBT e também em um grau de risco maior em relação a essa manifestação.

Qual era a qualificação do grau de risco da manifestação do dia 8 de janeiro? Porque, até onde a gente tem conhecimento, seria baixo.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, Excelência. Para explicar isso, eu preciso fazer uma breve explanação sobre retornar ao Protocolo Tático Integrado, uma breve explanação sobre como...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Que vocês não participaram da elaboração do plano.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Esse é o Protocolo Operacional Integrado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Que também vocês não participaram de forma inédita, porque geralmente vocês participam.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Normalmente participamos. É para participar. O protocolo é um documento que, acredito até, é reservado, é classificado. Mas eu acredito até que ele possa ser inserido nos trabalhos da comissão, porque ele é um documento classificado como reservado e já passaram cinco anos da sua classificação. Então, a partir do momento da desclassificação dele, pode ser que, sim, seja possível integrar os trabalhos da comissão. Mas, basicamente, esse protocolo determina que a inteligência estabeleça níveis de riscos para as manifestações. No caso em específico, quando fizemos a análise desses níveis de riscos para essa manifestação, tínhamos um nível muito baixo e não podemos, justamente por um entendimento a respeito da inteligência, nos posicionar dessa forma. O que eu quero dizer...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu tenho dificuldade de compreender, coronel.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – É simples: se eu tivesse colocado isso, os senhores, vossas senhorias e todo o País teriam um responsável por isso. O nível de risco era baixo naquele momento. Eu não poderia utilizar dessa forma, ou utilizar um nível de risco...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E o nível de risco da manifestação de secundaristas era médio?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eu não sei qual foi o nível de risco estabelecido para essa manifestação em específico.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Foi médio.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eu não sei, mas, para essa em específico, nós tínhamos trezentas pessoas. A tabela de nível de riscos se inicia com pelo menos mil pessoas, então eu tinha um risco baixo. São seis graduações de níveis de risco, partindo do mais extremo ao mais baixo, e nessa condição em específico, quando fizemos a avaliação, seria um risco baixo. Se colocássemos dessa forma, todos teriam um responsável pelo que aconteceu. Eu seria...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Aí, nos novos alertas, vai se modificando o cenário de análise da inteligência?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Exato. Com base nisso, criamos a célula de inteligência, justamente para acompanhar e permitir que todos os órgãos conhecessem o que estava acontecendo e nos informar...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Você acha que, para a qualificação do risco baixo, houve uma negligência, uma falta de qualidade no trabalho, para a junção dessas informações antes do dia 8, para a elaboração dessa nota de risco baixo ou ainda não havia mobilização dos segmentos para o ato do dia 8? Qual é a avaliação que você faz?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Na verdade, era exatamente isto: não havia mobilização, porque num órgão..

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque é possível que a inteligência, não digo nem a subsecretaria, é possível que a inteligência erre no Brasil, correto? Então, é possível que não se tenha analisado todos os elementos para se qualificar uma nota – isso é possível – de uma manifestação, correto?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Correto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Em outros momentos, a inteligência, na história que o senhor conhece do DF, já errou nota de qualificação?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Em manifestação com risco médio, por exemplo, como a UBES, em que não houve nenhuma ocorrência?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. O que ocorre normalmente é que nós temos mais informações a respeito de um ato para ter subsídio suficiente para dizer se é um ato de nível baixo ou não. Nesse em específico, todos os órgãos de inteligência estavam na mesma condição que a gente: não tínhamos dados. Os dados começaram a surgir a partir do dia 7, 7 e 8, e isso se demonstra por meio do acompanhamento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Depois das informações novas que chegaram em relação ao dia 8, os sete alertas que o senhor fez às autoridades, é possível que alguma autoridade tenha prevaricado e não tomado as medidas corretas?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eu não posso afirmar nada a respeito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas você acha que é possível? Porque o senhor fez o alerta, a inteligência avisou, existia um grupo de tomada de decisão, alguém tinha que tomar a decisão, colocar os 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) policiais militares que tinham que estar disponíveis na Esplanada.

Eu disse ontem ao Ministro Alexandre de Moraes que esta cidade recebe, neste ano, 23 bilhões do Fundo Constitucional, para garantir a segurança pública – 55% desse recurso é para a segurança pública. Então, há uma demanda nacional, uma cobrança em cima da gente, para pagar a folha de pagamento de todas as corporações, além de outras áreas, mas 55%, neste ano, vai ser para a segurança pública.

O senhor acha que é possível – eu não estou pedindo para o senhor apontar o dedo –, mas é possível que tenha havido prevaricação por parte de gestores na área de tomada de decisão?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Para chegar a essa conclusão, Excelência, somente por meio de uma investigação. Eu não tinha, ao momento, conhecimento suficiente. Não fazia parte do processo decisório. Somente no auxílio a esse processo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor tomou conhecimento do termo utilizado nos grupos de Telegram bolsonaristas: “Festa da Selma”?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E que era o termo que eles utilizaram. Você pode explicar um pouco? Eles tentaram utilizar termos para que não se identificasse o grau de gravidade da manifestação?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, em diversas redes sociais eles difundiam dessa forma justamente para tentar impedir que as inteligências alcançassem eles e identificassem o que seria, onde seria, o que seria e quem estaria desenvolvendo, mas, por meio do próprio processo de produção de conhecimento, conseguimos chegar e identificar que se se tratava do próprio acampamento.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Em relação ainda ao dia 8 de janeiro, a inteligência produziu algum documento físico?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. No dia 6 de janeiro, foi produzido um relatório de inteligência. Esse relatório foi produzido para atender os requisitos do PrTI – Protocolo Tático Integrado. Ou seja, ele se destinava a auxiliar o planejamento integrado de segurança pública.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor teria alguma opinião de qual foi a razão que a inteligência não participou da reunião operacional que vocês geralmente participam?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. Não sei. Não sei dizer.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Quem faz os convites dessa reunião?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Chega, normalmente, por meio de processo SEI. Então, tudo é direcionado ao gabinete do secretário e depois difundido para as secretarias. Eu creio que o gabinete do secretário seja o difusor disso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Chegou o convite formal no processo SEI?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Para a minha coordenação, não.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não chegou o convite?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não chegou.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o senhor acha que a mudança repentina de praticamente todos os cargos da alta cúpula de segurança pública podem ter tido um impacto na dificuldade operacional do dia 8 de janeiro?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, eu acredito que não, porque todo o restante da...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque o próprio Secretário Fernando disse que não conhecia praticamente nenhum coronel, que não foi apresentado ao Governador do Distrito Federal, enfim.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – A estrutura básica se manteve a mesma. E o assessoramento se manteve conforme se...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas quem toma a decisão é a cúpula? É o secretário, é o secretário-adjunto, no caso o Executivo...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o senhor acredita que não teve influência?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não... É.. A estrutura continuou exercendo as atividades da mesma forma como sempre exercia.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Eu tenho duas perguntas finas, só para a gente tentar refletir um pouco.

A inteligência monitorava o acampamento do QG do Exército, como manifestação? A inteligência acompanhava o nível de violência? Nós tivemos vários jornalistas... inclusive um jornalista, especificamente da *CNN* Portugal, foi agredido lá dentro. Agentes do DF Legal foram agredidos dentro do acampamento, em frente ao QG, naquele acampamento em que estava todo mundo sempre em oração, mas, ao mesmo tempo, quando saíam da oração, pessoas sofriam violência.

Os senhores monitoravam também, a inteligência? Porque teve uma escalada de violência nos acampamentos.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Monitorávamos, mas uma coisa precisa ser relembrada aqui. O efetivo para desenvolver esse tipo de atividade é relativamente restrito. Os efetivos da inteligência são retirados das forças de segurança, de todo, em qualquer órgão...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – De todos os batalhões...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Exato. E, especificamente para esse caso, nós chegamos, tivemos momentos com cinco mil pessoas dentro do acampamento. Então, a inteligência tinha que se manifestar para um entendimento de quem seria, precisaria ser acompanhado. Então, efetivamente, algumas pessoas que podem ter alterado, ter inflamado seus ânimos ali em razão de alguma situação...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Existem relatórios da inteligência sobre esse nível de gravidade ou de ações violentas dentro do acampamento?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Especificamente da minha coordenação, não. Mas...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não existe nenhum relatório da coordenação?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Da minha coordenação, não. Mas, como eu disse, existe um princípio da compartimentação, e essa compartimentação, eh...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Quem seria o responsável pelo monitoramento, que poderia ter produzido os relatórios?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Ou órgãos de inteligência... eh, órgãos de segurança pública relacionados com investigação ou a coordenação de inteligência da subsecretaria. Mas não sei dizer se...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No caso, seria bom nós ouvirmos aqui a coordenação de inteligência da Polícia Militar.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, da Secretaria de Segurança Pública.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Da Secretaria de Segurança Pública.

A Polícia Militar também poderia fazer esse monitoramento. Existe uma área própria de inteligência?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim e não, Excelência, porque, como eu disse, a doutrina nacional de segurança pública, de inteligência de segurança pública, ela estabelece tipos de inteligência. E a inteligência da Polícia Militar é mais específica e é denominada na própria doutrina como Inteligência Policial Militar. Existe um tipo de inteligência que, pela própria doutrina, se denomina Inteligência Policial Investigativa. Então, seriam esses órgãos que desenvolvem a inteligência policial investigativa que teriam mais oportunidade de informar.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – No governo anterior, houve uma série de facilidades para aquisição de armas, difusão de armas. E a gente sabe que... Eu inclusive converso com muitos policiais militares, e a maioria deles é contra, porque isso tem uma consequência muito clara para os policiais militares, que são quem estão nas ruas. Mais gente armada para responder, para cometer atos violentos, armas para se perderem.

O senhor acha que é um fator de risco o fato de esses CACS – que o senhor citou aqui – se organizarem em manifestações públicas? O fato de eles estarem armados é um fator de risco, e por isso há um monitoramento especializado?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – É. Aí entra a atividade de inteligência. Nós chamamos, na Polícia Militar, de *prima actio* – primeira ação. Então, a inteligência teria capacidade de identificar se essas pessoas têm possibilidade ou capacidade de causar algum dano. Então, se a inteligência entrar nesse circuito, a gente...eh... Todas as investigações, todas as atividades podem ser subsidiadas e impedir que qualquer ato seja cometido.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Muito obrigado, coronel. Para concluir o meu tempo, eu penso que há uma reflexão que nós vamos fazer. O Deputado Chico Vigilante e o Deputado Hermeto já trouxeram esta informação também em vários momentos aqui: a gente viveu um processo de planejamento, foi uma incubadora. Os acampamentos no QG do Exército funcionaram como incubadoras para um processo de acesso violento da ação desses manifestantes, que já pediam um golpe de Estado. Eles já pediam, de forma equivocada e criminoso, a utilização de um artigo da Constituição Federal para um golpe de Estado. Então, a ação violenta foi consequência desse processo.

Por isso, o depoimento do senhor é muito importante aqui, e também a gente entender outras áreas de inteligência que monitoravam o acampamento, que alguns querem qualificar como acampamento dos santos, que era o acampamento do planejamento da violência. Era o acampamento que violentava jornalistas, foi o acampamento que expulsou a Polícia Federal, foi o acampamento que expulsou a Polícia Militar do Distrito Federal, foi o acampamento que cometeu violência contra agentes públicos do DF Legal, de órgãos de segurança. Esse acampamento, que alguns tentam qualificar como ultrapacífico, foi o acampamento que gerou os atos do dia 12 de dezembro e gerou a depredação dos Três Poderes da República no dia 8 de janeiro.

Então, eu acho que essa incubadora é fundamental para a gente entender os mentores intelectuais, inclusive, possivelmente dentro das forças de segurança. Semana passada foi preso um major da Polícia Militar que vivia no acampamento incentivando e treinando as pessoas para guerrilha. Está constatado. Nós queremos ouvi-lo aqui também na Comissão Parlamentar de Inquérito, e apresentamos um requerimento.

Obrigado ao senhor pelo depoimento de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está presente em substituição ao Deputado Joaquim Roriz Neto, o Deputado Thiago Manzoni. S.Exa. está na condição de titular, tendo em vista que o Deputado Joaquim Roriz Neto informou, através de memorando a esta Comissão, que estaria ausente hoje. V.Exa. disporá de até 25 minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Eu agradeço, Sr. Presidente. Bom dia a todos que estão aqui presentes. Bom dia, Coronel Jorge Henrique; obrigado pela sua disponibilidade, pela sua paciência também.

Eu vou tentar fazer um breve apanhado e estabelecer algumas premissas para depois fazer algumas poucas perguntas. O Presidente Deputado Chico Vigilante fez bastantes perguntas, eu acho que as que foram feitas nos dão algumas conclusões, mas alguns pontos eu acho que são bastante relevantes.

O Deputado Chico Vigilante chegou a uma conclusão, ele falou: “Alguém queria que isso acontecesse”. E, de fato, a sensação que se tem das oitivas que nós fazemos aqui é que foi tudo muito facilitado desde as retiradas dos gradis – como mencionou o nosso Relator, o Deputado Hermeto – até a facilidade que as pessoas tiveram para entrar nos prédios públicos, não é?

O senhor mencionou um documento do Ministério da Justiça do dia 5 de janeiro em que havia a informação sobre a possibilidade de algum ato mais violento –ou violento – acontecer nos próximos dias, e me parece que esse foi o primeiro aviso.

O trabalho de inteligência, o senhor mencionou, começou no dia 3 de janeiro; no dia 5, veio essa informação proveniente do Ministério da Justiça, um órgão Federal; e, depois, algumas coisas se sucederam. A gente está muito focado aqui na atuação da inteligência da Polícia Militar, mas eu queria ampliar um pouco o escopo da nossa discussão aqui.

Na última reunião, coronel, eu havia feito uma pergunta para o ex-Secretário de Segurança Pública, o Dr. Júlio, sobre a participação do então Senador eleito e, hoje, Ministro da Justiça,

naqueles atos do dia 12, porque houve inclusive a concessão de entrevista coletiva etc. Por uma questão de tempo, ele acabou que não pôde responder. Ele iniciou a resposta, mas não pôde encerrar.

Dentro desse contexto – de que parece que alguém queria e de que a integração entre os órgãos havia, o senhor mencionou também que órgãos federais faziam parte do grupo de WhatsApp, portanto, recebiam essas informações –, a primeira pergunta que faço é: Como se divide a jurisdição naquela região central de Brasília, na Praça dos Três Poderes? Até onde a Polícia Militar do Distrito Federal pode atuar e onde não é mais jurisdição dela? Essa é a primeira pergunta.

A segunda, dentro da mesma linha, é: A partir do momento que a Polícia Militar não tem mais jurisdição em determinado prédio, de quem é a jurisdição?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, Excelência. A Polícia Militar tem jurisdição sobre toda a Esplanada, com exceção dos prédios públicos que têm as suas responsabilidades específicas. É claro que a Polícia Militar, no momento em que é acionada, ela auxilia também o processo de... auxilia as forças que desenvolvem a segurança dos prédios. Mas o limite em si é a própria estrutura do prédio.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Tá. Então, para fora da estrutura, é da Polícia Militar. Para dentro dela, de quem é a responsabilidade?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – O responsável pelo órgão. O próprio órgão que ocupa o edifício.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, nos prédios do Congresso Nacional, a responsabilidade é do Congresso Nacional?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – No prédio do Palácio do Planalto, a responsabilidade é do GSI. Confere? GSI?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim e do Batalhão de Guarda Presencial também.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – E do Batalhão de Guarda Presidencial. E, no Supremo, a responsabilidade é do Supremo.

Bom, o senhor mencionou que faz parte da inteligência há 24 anos. Em 2017, o senhor fazia parte da inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Fazia.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Já participou, então, de outras operações. Em 2017, o senhor participava dessas operações na inteligência?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Em 2017, em específico, sim. Sim, me encontrava.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Em 2017, coronel, nós tivemos uma manifestação que começou com uma caminhada do Estádio Mané Garrincha em direção ao Congresso Nacional.

Na época, o Presidente era o Presidente Michel Temer. E, segundo o *site* do G1, o protesto foi organizado e pago pelas centrais sindicais. Parou o trânsito de Brasília. Só a Força Sindical levou oitocentos ônibus com manifestantes, trouxe oitocentos ônibus com manifestantes para Brasília.

Naquela ocasião, começou pacífico. Alguns manifestantes conseguiram furar a revista da polícia e começaram os confrontos. Seis ministérios foram depredados, um auditório foi incendiado, entre outros atos de vandalismo.

É comum isso acontecer? Uma manifestação que começa pacífica se tornar violenta?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. É mais comum do que se pensa, inclusive.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Quando há uma manifestação como essa – que começa pacífica e avança para atos de vandalismo –, qual é a praxe dos órgãos de segurança? Como eles devem agir?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – É... Excelência, isso depende muito das características do local, das características dos prédios, das pessoas que transitam no local e do

próprio planejamento que foi desenvolvido anteriormente. Então, diversas situações podem... diversos empregos podem ser executados, mas dependem da característica do local.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Quando o local envolve prédios onde o Governo Federal tem sede, seja prédio de ministério, seja os próprios palácios dos Poderes, há integração e cooperação, inclusive com os órgãos federais?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Sempre houve.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Como é que funciona essa cooperação, coronel?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Em âmbito de Secretaria de Segurança Pública, existe um organismo, a Subsecretaria de Operações Integradas, que faz a integração de todos esses órgãos. Eventualmente alguns órgãos também fazem o contato direto, como no caso da Polícia Militar. Sempre nos envolvemos com os órgãos que vão estar sediando a manifestação ou em que a manifestação vai se desenvolver ao redor, e temos um contato muito próximo com todos os órgãos.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – E aí normalmente existe uma ação conjunta?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, normalmente sim. Isso depende também da condição do local, né? Então, isso precisa se deixar bem claro.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Sim. Nos atos do dia 8 de janeiro, houve ação conjunta?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, houve. É... inclusive um dos grupos que foi tratado aqui, que nós fazíamos parte, era um grupo que integrava a parte operacional, digamos assim, de todos os órgãos.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, a inteligência da Polícia Militar agiu em conjunto com a inteligência de órgãos federais?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Na contenção daquela manifestação, que começou pacífica, a Polícia Militar também atuou em conjunto com a segurança dos órgãos federais?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, também atuou.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputado Thiago Manzoni, só para ficar claro nas notas taquigráficas e para o futuro relator, foi a inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, porque o depoente não comandava, naquele momento, a inteligência da Polícia Militar, não é isso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, sim, havia dois grupos, dois grandes grupos de... uns eram da área de inteligência e um era da área operacional. A inteligência fazia parte dos dois.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – O fato é que a Polícia Militar e a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal agiram tanto na inteligência quanto na operação em conjunto com forças federais?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, agiu.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado.

Causa-me estranheza, assim, que, em 2017, a manifestação tenha sido contida – e eram 800 ônibus. Agora, foram 126 e não conseguimos. Acho que o Deputado Chico Vigilante acerta na sua conclusão, quando diz que houve uma facilitação – Coronel Naime já falou disso, outras pessoas já falaram isso aqui.

Em 2017, há uma diferença em relação a 2023. O então Presidente Michel Temer decretou GLO, o que facilitou bastante a contenção daqueles eventos. Isso não foi feito agora em 2023, por algum motivo que escapa à nossa compreensão.

Dados públicos dão conta de que houve a informação por parte dos 48 órgãos federais ao Ministério da Justiça. Aliás, a Lei nº 9.883/99, que instituiu o SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência, determina que o SISBIN é composto por esses 48 órgãos e que tem como atribuição e fundamento a defesa do Estado Democrático de Direito. Eu vou repetir, o SISBIN é composto por 48

órgãos e tem como atribuição e fundamento a defesa do Estado Democrático de Direito. Ele é responsável pelo assessoramento do Presidente da República na tomada de decisões.

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a ABIN avisou, no dia 7, os 48 órgãos que integram o SISBIN sobre os riscos envolvidos nos atos que posteriormente aconteceriam, lá, no dia 8.

Pelo Decreto nº 4.376/2002, fazem parte do SISBIN: a Casa Civil da Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Ministério de Justiça e Segurança Pública, entre outros, o que significa dizer que esses órgãos sabiam, tinham conhecimento do perigo que estava por acontecer.

Eu vou caminhando para a minha conclusão e devo fazer só mais uma pergunta ao final, mas eu gostaria só de tornar esses parâmetros claros, porque não é só a Polícia Militar do Distrito Federal que é responsável pelo que aconteceu. Já houve explicações diversas aqui. As explicações que o senhor traz a esta comissão, coronel, são reiteradas ao longo dos depoimentos.

Nós sabemos que há um compartilhamento de informações. E um compartilhamento de responsabilidades que precisam ser apuradas. A sensação de todos – não só desta comissão, mas eu penso que da nossa população – é que realmente alguém queria... O Deputado Fábio Félix, o Deputado Gabriel Magno, disseram aqui que, rotineiramente, organizam manifestações aqui no Distrito Federal e sabem a dificuldade que é – eles falam isso repetidas vezes – chegar à área central de Brasília.

É difícil fazer uma manifestação na Esplanada dos Ministérios. É difícil chegar à Praça dos Três Poderes. Os gradis estão sempre lá. A segurança é sempre reforçada. E a impressão que se tem é que, no dia 8, estava tudo ao contrário: foi fácil entrar na Esplanada; foi fácil passar da Torre de TV para baixo; foi fácil chegar aos prédios; foi fácil entrar nos prédios. Um dos depoentes aqui, que depôs antes de V.Sa., coronel, falou que parecia até que havia uma facilitação para que as pessoas entrassem.

Aliás, é uma pena que os vídeos das câmeras internas dos prédios tenham sido tornados sigilosos, porque, logo depois dos atos, circularam alguns vídeos que davam a entender que havia pessoas dentro dos prédios antes que os manifestantes chegassem aos prédios. Existe essa possibilidade, coronel?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Ah... existir, sempre existe, mas a inteligência não identificou.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Não identificou. Está certo.

Então, é tudo muito estranho. A gente está aqui em busca da verdade. Temos poucas informações. Ontem, na audiência que o nosso Presidente conseguiu com o Ministro Alexandre de Moraes, nós vimos que as nossas informações são rasas aqui na CPI – infelizmente são muito superficiais.

A produção de documentos aqui está muito aquém do que o Supremo está produzindo. Eu acho que, ao final, vai se chegar à verdade de quem produziu, de quem financiou, de quem queria, dos mentores intelectuais e de quem queria que isso se desse dessa forma.

Há muitas dúvidas. Nós estamos investigando. Muitas incertezas. Poucas convicções. Mas nós vamos investigar sempre com o intuito de, ao final, descobrir qual seja a verdade.

Dentro desse contexto, anteontem, o nosso Ministro da Justiça, Flávio Dino, esteve na CCJ da Câmara dos Deputados – não a desta Câmara Legislativa. E ele afirmou, categoricamente, que não sabia, não tinha conhecimento do que estava acontecendo etc. Aliás, as respostas dele são muito firmes. Sempre ele responde bem as perguntas.

Mas, ao contrário do que ele disse, há documentos – e aqui eu vou pedir vênia a V.Exas. para ler os documentos – que comprovam que ele sabia, sim, o que estava para acontecer. O que faz com que nós tenhamos a obrigação, o dever moral de compartilhar as responsabilidades.

Não é só o Governo do Distrito Federal que tem responsabilidade. Não foi só o Governador Ibaneis. Não é só a nossa Secretaria de Segurança Pública. Não é só a nossa Polícia Militar. Em suma, não é só o Distrito Federal que tem responsabilidade pelos atos que aconteceram.

Há de serem investigadas, seja nesta CPI ou em eventual CPMI no Congresso Nacional, ou mesmo no Supremo Tribunal Federal, as responsabilidades dos agentes do Governo Federal.

Eu vou pedir licença aos senhores para ler o Ofício nº 5/2023. Esse ofício é endereçado ao Sr. Flávio Dino, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. E é assinado, eletronicamente, por Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal. Esse ofício foi assinado – eu vou ler o horário exato – no dia 7 de janeiro de 2023, às 18h23min.

Esse ofício, que ontem veio à tona mais uma vez, foi trazido novamente ao conhecimento do público pelo Deputado Federal Kim Kataguirí e tomou conta do debate político e das emissoras de televisão, à exceção de uma delas.

Diz: “Pelas informações coletadas até o momento, o grupo pretende promover ações hostis e danos contra os prédios dos ministérios, do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e, possivelmente, de outros órgãos, como o Tribunal Superior Eleitoral”.

Olha o que informa o delegado da Polícia Federal, o diretor-geral, Deputado Chico Vigilante: “Há informações, inclusive, de indivíduos armados fazendo a ‘segurança’ dos manifestantes, bem como inúmeros indivíduos dispostos a enfrentar as Forças de Segurança para tentarem, como vêm dizendo em redes sociais e aplicativos de mensagens, ‘tomar o poder’ nesta capital federal”. Como nós ouvimos ontem, é uma tomada de poder meio mambembe, com paus e pedras e querendo greve geral no dia seguinte. Imagine um grupo de pessoas que quer tomar o poder no dia 8 e fazer uma greve geral no dia 9. É até difícil entender.

Mas o fato é que o Diretor-Geral da Polícia Federal passou essa informação para o Ministério da Justiça. O ofício está endereçado ao Sr. Flávio Dino – acho que ele já até faz parte da documentação que consta da investigação da CPI. Isso foi enviado no dia 7, assinado às 18h23min.

Pois bem. O Ministro Flávio Dino recebeu o ofício. Ao contrário do que ele asseverou na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, ele recebeu o ofício. E ele responde. Ele responde por meio do Ofício nº 48/2023/GM. Ele manda um ofício ao Governador Ibaneis Rocha, do Distrito Federal. O ofício diz o seguinte:

“A Sua Excelência o Senhor
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Governador do Distrito Federal”

E então o endereça. Eu vou abrir aspas daqui a pouco, mas vou para a assinatura eletrônica, que está datada do dia “07/01/2023, às 19:58”.

Então, ele tinha conhecimento no dia 8.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – A assinatura é do Ministro Flávio Dino. O que eu estou dizendo aqui, Deputado Fábio Félix, é que o Ministro Flávio Dino assinou um documento. O documento está assinado eletronicamente por “Flávio Dino, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, em 07/01/2023, às 19:58”.

Agora vejam o que diz o ofício no item 3: “Nesse contexto, considerando a necessidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio público, sugerimos a Vossa Excelência a atuação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, no sentido de bloquear a circulação de ônibus de turismo no perímetro compreendido entre a torre de TV e a Praça dos Três Poderes, nos dias 8 e 9 de janeiro de 2023.”, o que foi atendido pelo Governador Ibaneis e pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Nem um ônibus passou lá. Houve o fechamento e não passou ônibus.

Olhe o que diz o item nº 4 do ofício. Diz assim – palavras do Ministro Flávio Dino: “Ademais, reforço que o Ministério da Justiça e Segurança Pública e as Forças Federais estão monitorando o referido movimento e encontram-se à disposição para emprego imediato em caso de necessidade, a fim de resguardar o patrimônio da União”.

Essas são as palavras que o Ministro Flávio Dino endereçou ao gabinete do nosso Governador Ibaneis Rocha, no que foi atendido pelo Governo do Distrito Federal, que, efetivamente,

não deixou que nem um ônibus passasse naquele perímetro.

Então, o Ministro Flávio Dino sabia, o Governo Federal sabia. Foi avisado por 48 órgãos que fazem parte do SISBIN e nada foi feito, infelizmente. Ao contrário.

O Estadão noticia, no dia 12 de janeiro de 2023, que o GSI dispensou o reforço da guarda no Palácio do Planalto vinte horas antes dos acontecimentos. Quer dizer, mesmo sabendo, mesmo tendo sido avisado, o GSI dispensou o reforço da guarda do Planalto vinte horas antes dos acontecimentos.

Eu mencionei que o Presidente Michel Temer decretou GLO – Garantia da Lei e da Ordem, para evitar uma possibilidade de golpe em 2017, e a GLO deu conta do recado.

Trago também notícia do jornal... perdão, da *globo.com* do dia 13 de janeiro de 2023, em que “Lula diz que não decretou GLO para evitar golpe após ataques. Presidente deixa clara a sua desconfiança em relação a militares e critica o mercado”.

Quer dizer, sabia-se, tinha-se conhecimento da possibilidade de eventos gravosos e danos a prédios públicos no dia 8. O Ministério da Justiça sabia, a Presidência da República sabia e houve – eu não tenho dúvida, coronel – erro. Mas é um erro coletivo, que não pode ser atribuído só às forças de segurança do Distrito Federal.

Se não tivesse havido erro, não teria havido o quebra-quebra que houve. Os crimes que foram cometidos não teriam sido cometidos e nós não estaríamos aqui, hoje, nesta CPI.

Então, sabia-se do que havia possibilidade de acontecer e não foi tomada nenhuma providência.

Eu encerro com uma pergunta ao senhor. Infelizmente, não há pergunta sobre fatos. É só a opinião do senhor. Se houvesse sido decretada a GLO, é possível que os danos que foram causados não teriam tido a proporção que tiveram?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Para tratar disso, eu precisaria ter acesso ao planejamento em si, porque se trata de uma conjunção de fatores e, principalmente, do contato de duas forças que atuariam na situação, não é? Então, é bastante... Teria que ser analisada a situação em específico, para poder ter uma resposta.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Eu agradeço mais uma vez, Coronel Jorge Henrique, a sua participação aqui, a sua disponibilidade, a sua paciência.

Agradeço ao Presidente Chico Vigilante. Espero que a gente continue se aprofundando nas investigações, para que a gente chegue à verdade sobre tudo o que aconteceu. Quem foram os criminosos que depredaram e quais foram as autoridades públicas que deveriam ter agido e não agiram.

Mas que a gente investigue absolutamente tudo, inclusive as forças e as autoridades federais que, eventualmente, por ação ou omissão, tenham cometido eventual ilícito.

Obrigado, Presidente, Deputado Chico Vigilante. Obrigado aos meus pares. Obrigado, mais uma vez, ao Coronel Jorge.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Thiago Manzoni.

Deputado Martins Machado, V.Exa. está aqui na condição de suplente do Deputado Robério Negreiros. Neste momento, V.Exa. é titular desta CPI e está com a palavra por até 25 minutos.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Apenas uma pergunta. Talvez, eu vá levar um minuto e já passe para outro Deputado. Por quê? Porque há o antes, durante e depois. O antes, as perguntas do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Fábio Félix, do Deputado Hermeto já questionaram e abordaram toda a participação, como foi o funcionamento do serviço de inteligência antes do fato do dia 8. Eu não vou perguntar aqui o que o senhor sente porque o serviço de inteligência não é para sentir, senão o senhor não estaria apto, coronel, para a função. Não vou perguntar também o que é possível porque, em se tratando de humanidade, tudo é possível quando envolve interesses etc. e tal. O Deputado Thiago Manzoni já abordou mais a responsabilidade da parte federal.

A minha pergunta, já que tem o antes, o durante e o depois, e o depois é a CPI, porque é a consequência do que aconteceu no dia 8 de janeiro, que foi uma vergonha nacional, a pergunta é,

coronel: no momento da invasão, o senhor recebeu alguma ordem ou alguma orientação, embora esteja ligado totalmente à parte operacional no dia, mas, no momento da invasão, o senhor recebeu? Se recebeu, de quem? E qual foi a orientação?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Desculpe, Excelência, ordem para...?

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Não, o senhor recebeu... Durante a invasão, houve uma comunicação. Nessa comunicação, o serviço de inteligência: "Olha, está acontecendo isso, agora a participação do serviço de inteligência nesse momento da invasão é essa.", ou não foi acionado o serviço de inteligência? Só ficou na parte operacional da PM?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, a inteligência não descansou. A gente foi parar somente no dia seguinte, todo o efetivo. Mas, assim, específico para parar de investigar, eu não entendi a pergunta.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – É porque, no momento da invasão, foram surpreendidos, todos foram surpreendidos. Então, tanta análise, tanto estudo, tanto planejamento para, no fim, acontecer o que aconteceu. Quando estava acontecendo o ato em si, o senhor recebeu alguma orientação da parte do serviço de inteligência? O que era para fazer naquele momento da invasão? Qual era o planejamento? Qual era a ação?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Excelência, nesses casos, a gente permanece com a atividade e mantém o acompanhamento. Por quê? Porque nós precisamos criar uma fotografia do que está acontecendo e repassar para os órgãos operacionais. Então, em nenhum momento a inteligência parou. Não recebeu nenhuma ordem a mais. Na verdade, a gente continuou desenvolvendo o serviço da forma como vinha se desenvolvendo e auxiliando. Essas frações de inteligência que foram difundidas no grupo Difusão permaneceram mesmo depois da invasão, ou seja, a inteligência se manteve na atividade enquanto foi necessário.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Ela continuou em atividade, mas foram surpreendidos com o fato em si. Deu seguimento, mas não houve uma alternância de planejamento, porque não era esperado, enfim...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Para a inteligência, não.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Para a inteligência, não. Só no caso operacional e os responsáveis.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, Excelência.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Está certo, então.

Obrigado, coronel.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aqui, na condição de suplente, neste momento, titular desta CPI, o Deputado Pepa. Eu estou chamando por ordem de chegada.

O Deputado Pepa está com a palavra, como titular, tendo em vista que o Deputado Pastor Daniel de Castro informou a esta CPI que não poderia estar aqui hoje.

V.Exa. está com a palavra por até 25 minutos.

DEPUTADO PEPA – Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos, a todas.

Coronel Jorge Henrique, aqui nos demonstra que o senhor é instrutor de cursos de inteligência da Polícia Militar: instrutor de curso de inteligência da Polícia Militar. Confirma?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, Excelência. Dei aula para todos os cursos de inteligência.

DEPUTADO PEPA – De acordo com os relatos e as perguntas que já se passaram aqui, o senhor foi ignorado por um grupo de WhatsApp onde sete autoridades se encontravam. O senhor deu alertas. O senhor formou o grupo, criou o grupo, alertou o grupo do que estava acontecendo. Isso, como inteligência. O senhor acha que o senhor foi ignorado?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, eu não acredito nisso. Na verdade, o grupo foi criado para um assessoramento direto ao Secretário de Segurança Pública. E ele foi

assessorado. Com relação aos outros órgãos, aos demais que se encontravam, havia também a estrutura de inteligência dos seus próprios órgãos. Tanto o Secretário Executivo como o Secretário de Segurança Pública que se encontravam no grupo receberam, alcançaram as frações de inteligência que nós elaboramos.

DEPUTADO PEPA – Nos relatos, nenhum deles, a partir do momento em que o senhor relatou, o retornou de ciência, de confirmação, de recebimento do planejamento da inteligência. Nenhum, no grupo, conforme relatos anteriores, se manifestou quando foi passado o planejamento da inteligência. Confirma isso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Confirmo. Isso ocorria realmente, mas, de acordo com a própria Subsecretária de Inteligência, essas informações estavam chegando, realmente.

DEPUTADO PEPA – Bem... Eu queria muito entender, porque os alertas foram dados pela Polícia Federal, pela inteligência da Polícia Federal, Presidente Chico Vigilante. Os alertas foram dados pela inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal, e a manifestação aconteceu. O ato aconteceu.

Aí, Deputada Paula Belmonte, eu faço uma pergunta. Todas as inteligências, tanto dos órgãos federais como dos distritais, alertaram. Aqueles manifestantes, como eu vejo aqui sempre serem relatados, são pessoas civis, todos eles. Será que eles teriam, como pessoas civis, a capacidade de uma organização, da forma como aconteceu, sem que, por trás deles, houvesse alguma inteligência? Será que eles conseguiriam fazer aquela manifestação tão eficiente para entrar no Congresso, na Esplanada e no Palácio? A minha pergunta é: os manifestantes tinham uma inteligência mais efetiva do que a inteligência da Polícia Federal, do Governo Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal? Porque a ação deles foi eficiente. A ação dos manifestantes foi eficiente! A partir do momento em que eles entram dentro dos Três Poderes, eles foram eficientes. Eu pergunto: onde estava a inteligência? Onde estava a inteligência?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, a Inteligência da Secretaria de Segurança Pública esteve, em todos os momentos, acompanhando. Assessorou, prestou assessoramento. Agora, com relação aos manifestantes – essa é uma certeza, porque a gente acompanhou, durante todo o desenrolar –, não havia um núcleo, ali, formado que direcionasse os manifestantes. Então, o que nós vimos foi um deslocamento, praticamente, irracional no ambiente operacional. Então, não havia um direcionamento, não. Posso afirmar que não havia uma inteligência dos manifestantes naquele momento. Não houve um direcionamento para o que aconteceu, para a forma como eles desenvolveram tudo.

DEPUTADO PEPA – Então, você acha que o número de pessoas civis, pessoas comuns, nas suas ações, foram mais eficientes, porque, o objetivo deles, eles alcançaram. O objetivo deles, alcançaram: depredar, invadir, ameaçar. Muitas vezes, militares foram lá dentro ofendidos, como relatado pelo Presidente. Quantos militares saíram feridos? E quantos militares saíram feridos?

Então, a minha observação, Presidente, Deputado Chico Vigilante, é mais em cima desta questão: a inteligência. Hoje estamos falando, conforme a função do coronel, da inteligência, de modo geral. Será que – pergunto-me mais uma vez – os manifestantes, a inteligência deles, desde o QG, ao chegar à Esplanada, foi mais inteligente do que as inteligências públicas, de segurança pública? Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Deputado Pepa.

A Deputada Jaqueline Silva comunicou a esta CPI que não poderia participar no dia de hoje. Portanto, concedo a palavra à Deputada Paula Belmonte, que é suplente da Deputada Jaqueline Silva, por até 25 minutos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Estou muito grata. Quero pedir a Deus que nos abençoe, que abençoe o nosso Brasil, abençoe nossa Brasília! Quero registrar que a Deputada Jaqueline Silva, que não está aqui presente, é Vice-Presidente desta comissão e eu estou aqui a representando como Vice-Presidente da comissão.

Acho importante nós valorizarmos os lugares das mulheres. Nós, Deputadas, enfrentamos muitas dificuldades para chegar aqui, coronel. A gente precisa acabar com o machismo estrutural. Muitas vezes, ouvimos as pessoas falando de valorização das mulheres, mas nós sabemos que, no

dia a dia, nos atos, percebemos o machismo. Estou aqui como suplente, mas, hoje, como titular da Vice-Presidência desta CPI.

Seja muito bem-vindo!

Existe uma situação que eu gostaria de compreender um pouco melhor: a questão da hierarquia. Eu não faço parte da segurança pública, sou uma cidadã. Hoje estou como Deputada, mas sou uma cidadã brasileira. Eu quero entender como é essa hierarquia do comando da polícia. À época do dia 8 de janeiro, nós tínhamos um Comandante-Geral. Quem era esse Comandante-Geral?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Bom dia, Excelência. No dia 8, o Comandante-Geral era o Coronel Fábio Augusto.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – No dia 8, era Comandante-Geral o Fábio Augusto. Quem era o Subcomandante-Geral?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Coronel Klepter.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Coronel Klepter.

E, na sequência, nós temos alguns departamentos. Não é isso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Antes disso, nós temos o Chefe do Estado-Maior, mas ele se envolve com questões mais estratégicas e...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Quem era o Chefe do Estado-Maior?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Coronel Angelis.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Angelis.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Mas são questões estratégicas, pouco operacionais.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E, na sequência, nós temos os departamentos...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Os chefes de departamentos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Nós tivemos aqui o Departamento de Operações. O senhor pode me falar quais são os departamentos, por gentileza?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Nós temos – basicamente, são as áreas de negócio da Polícia Militar –, então, o Departamento Operacional, que envolve o emprego do efetivo nas ruas; o Departamento de Logística e Finanças, que, basicamente, é logística, contratações, aquisições; o Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal, faz o suporte ao policial; o Departamento de Educação...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, eu posso concluir que os departamentos que estão mais a serviço da população com atividade-fim são os Departamentos de Emprego e o Departamento de Operações. É isso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – O Departamento Operacional é o *core* da Polícia Militar. É o princi...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – É o principal, que era...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – É o coração da Polícia Militar.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – No dia 8, não estava era o Coronel Naime, quem o estava substituindo?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Coronel Paulo José.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Paulo José. *Ok*.

O senhor faz parte da coordenação de inteligência. Por quanto tempo o senhor trabalha nisso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Fazia. Fazia, no momento dos fatos, e estou na atividade de inteligência há 24 anos. Na Secretaria de Segurança Pública, estava desde março do ano passado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O nosso primeiro depoente foi o Delegado Fernando, substituto do Secretário Executivo. Ele disse que, à época, o Secretário Anderson saiu de férias. Como o trâmite exigia passar pelo Diário Oficial, só na segunda-feira sairia a posse dele, mas ele estava como Secretário Executivo. Secretário Executivo é o braço direito do Secretário. Ele nos explicou o seguinte: a Polícia Militar, a Secretaria de Segurança Pública, não tem autonomia em relação ao comando da Polícia Militar. São, vamos dizer assim, duas pessoas responsáveis à época, o Comandante Fábio, o Secretário Anderson, mas ele não tinha interferência no Comando Militar. É como se fosse um *hub* que colocava as informações. É dessa maneira que eu estou entendendo?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, Excelência. A Polícia Militar é subordinada diretamente ao governador e é...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – E é vinculada à Secretaria de Segurança Pública.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então ela é completamente subordinada ao governador.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Exato.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Isso é importante deixar claro. Está certo.

O Secretário de Segurança tinha autonomia para falar qual era o efetivo que tinha que colocar na rua?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Quem tinha essa autonomia?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – O comando da corporação.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E quem era o comandante à época?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – O Coronel Fábio Augusto.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O Coronel Fábio Augusto que decidiu, então, que ia colocar duzentas pessoas e, na sequência, colocou mais pessoas? É isso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Normalmente o planejamento ocorre no Departamento Operacional. Então, quem decide, quem faz o planejamento que informa ao comandante-geral é o Departamento Operacional.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E o Comandante Klepter? O que ele fazia?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – O subcomandante-geral, ele assume o comando geral em eventualidades. Então...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Mas ele tinha alguma interferência nesse assunto?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Especificamente, não, porque o Departamento de Operações é que faz o planejamento. O comandante-geral confirma emprego. Eventualmente alguma decisão passa pelo subcomandante-geral, sim. Mas, nesse caso, especificamente, não.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Outra questão que eu gostaria de entender é que o senhor falou, no começo da nossa audiência aqui, que o senhor não foi convidado para participar do PAI. Não foi isso que o senhor falou?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, não fui.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E, quando a gente olha aqui o PAI, nós temos a Coronel Cintia, que é a pessoa de responsabilidade da Secretaria de Operações Integradas, é isso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Subsecretaria de Operações Integradas.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Subsecretaria de Operações Integradas. E há também o CIADE, que é o Tenente-Coronel Rosivan. É isso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ok. Eu quero fazer uma pergunta. Primeiro eu quero falar uma coisa a respeito do PAI. Eu entendi, pelo menos – e aí eu quero que o senhor me corrija ou até me esclareça –, como é essa questão do PAI, porque existem aqui órgãos federais assinando o PAI

com responsabilidade. Ontem mesmo, estivemos junto com o Ministro Alexandre de Moraes. Ele declarou que não foram colocados os gradis no STF, falou claramente para todos nós, mas aqui tinha uma responsabilidade de serem colocados os gradis; e que ele ficou surpreso que não havia os gradis determinados e que ele achava que haveria no dia 7. Como é isso? Os órgãos assinam que vão fazer e não fazem? Como é normalmente essa situação? Porque o senhor disse que já participou de vários PAIs, não disse?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, participei. O que ocorre é que a Subsecretaria de Operações Integradas, ela faz a integração dos órgãos. E, da mesma forma que a Polícia Militar ou a Polícia Civil ou o Corpo de Bombeiros não estão subordinados diretamente à secretaria, são órgãos vinculados, isso é tratado em âmbito de gestão.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu estou querendo entender melhor a questão da responsabilidade. Nós temos um documento assinado em que o Congresso Nacional, o STF, outros órgãos federais tinham assinado dizendo que iam tomar medidas de segurança. O Comandante Naime veio aqui, disse que essas medidas não foram tomadas. Isto estou falando com as minhas palavras, mas foi o que ele deixou a entender: que foi facilitada em âmbito federal. Foi isso que foi falado. Que foi facilitada. Em trinta anos, ele nunca tinha visto isso. Nós vemos um documento aqui, um documento assinado, que não foi feita nenhuma segurança da qual se foi comprometido em relação a esses prédios públicos. O senhor deixou claro aqui para todos nós que os senhores não têm como entrar dentro dos prédios públicos para trazer segurança. E eles não fizeram! Como que acontece isso? Isto é comum acontecer: se comprometer e não fazer, como que é?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, eu não posso falar especificamente a respeito dessa subsecretaria, porque eu estava... A minha função era na inteligência. Mas as subsecretarias, elas são dispostas para auxiliar a Segurança Pública no Distrito Federal como um todo. Então, para responder a essa pergunta, seria necessário perguntar diretamente à responsável.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – É, eu acho muito importante, Sr. Presidente, a vinda da Coronel Cintia. Ela já foi mencionada muitas vezes aqui. É muito importante que ela chegue aqui para que ela possa esclarecer isso, porque ela era a pessoa responsável por isso.

A Delegada Marília deixou claro: isso é uma coisa que não é da Secretaria de Segurança do Distrito Federal. A necessidade da agência nacional... Qualquer agência nacional ou coordenação de inteligência não são um órgão executor. É importante nós deixarmos claro para as pessoas aqui, pois as pessoas exigem de vocês coisas que vocês não podem fazer. O senhor mesmo disse que existe um ditado dizendo que nós não criamos expectativas, o nosso trabalho foi feito, quem tem que tomar decisão é outra pessoa.

Então, isso é importante deixar claro, e a gente não exigir e não ficar fazendo marola com coisa que não pode acontecer, porque não é atribuição da função.

Bom, aí eu quero fazer uma outra pergunta para o senhor. Quando chegaram as invasões, quem é que transmitiu para o Comando da Polícia essas informações das invasões dos órgãos federais?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Bom, em um primeiro momento, já que havia sido criado o grupo difusão, foi repassado pelos, pela...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Quem que passou?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Eu próprio passei no grupo difusão. Mas cada órgão tem o seu assessor direto. Existem órgãos de inteligência dentro das instituições, das corporações. Então, existe também um assessoramento direto àquele comandante, àquele chefe, pelas inteligências próprias.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, o senhor passou informação, e essa informação eu posso dizer que ficou parada?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – É como eu disse anteriormente, a minha...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O senhor não tem responsabilidade?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não, mas a minha função é assessorar o Secretário de Segurança Pública. E isso foi feito. Inserimos também outros órgãos ali para facilitar o processo

de alcance a esses dados e conhecimentos. Mas o meu direcionamento era assessoramento direto ao próprio secretário.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ok. Uma outra pergunta que eu gostaria de fazer, mediante até, inclusive, depoimentos que nós ouvimos aqui, é em relação ao dia 12 de dezembro. O senhor estava nessa função de coordenação – eu quero agradecer, inclusive, a sua fala esclarecedora de que, independente da troca de comando, a força de segurança funciona. Isso é muito importante para todos nós como brasileiros, porque, independente da força de comando, a segurança pública do Distrito Federal é uma referência no Distrito Federal e continua funcionando. O senhor deixou isto claro para todos nós: que não houve quebra de trabalho exatamente porque as pessoas já sabem as suas responsabilidades e sabem o serviço que tem que ser prestado à nossa sociedade.

Mas eu queria ver o seguinte com o senhor: para a nossa surpresa o Comandante Naime falou uma coisa que nos deixa – pelo menos a mim me deixou – muito intrigados. Ele falou o seguinte: “O que aconteceu na invasão do dia 12...” Exatamente, olha só, é só a gente pensar, no dia 12, que teve, vamos dizer assim, a colação de grau, que é, como se chama aquele...

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Diplomação.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – A diplomação do Presidente atual, o Presidente Lula. Houve uma manifestação exatamente nesse dia. E nesse dia ele falou que ele ficou impressionado. Nos trinta anos de polícia dele, ele ficou impressionado com como as pessoas estavam preparadas para aquilo. Ele ficou impressionado, disse que havia botijão de gás e que ele nunca tinha visto um negócio daquele e que aquelas pessoas haviam sido preparadas.

O senhor recebeu alguma informação a respeito disso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. Especificamente sobre o preparo, não. O que podemos verificar no dia foi uma... Como tudo estava muito próximo, a sede da Polícia Federal, próximo da Polícia Civil, próximo de um posto de combustível e não havia um direcionamento próprio desses grupos, tudo foi ocorrendo na medida em que se deparavam com as estruturas.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Olhem o que ele falou também: que a polícia não prendeu ninguém à época e que ele percebeu dois tipos de manifestantes: os que eram terroristas mesmo – acho que a gente tem que olhar para ver quem eram essas pessoas, Deputado Fábio Félix. E a gente tem que olhar para ver quem financiou essas pessoas porque ele disse que essas pessoas estavam hospedadas! Elas não estavam no quartel general! Elas estavam hospedadas bem próximas do Presidente da República. Eu mesma, como cidadã, penso que eram pessoas que vieram aplaudir o Presidente da República e, à noite, fizeram essa arruaça aqui no Distrito Federal. Penso isso!

Eu gostaria de saber se houve alguma intervenção federal em relação às prisões dessas pessoas que a gente sabe que já foram algumas presas.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Desculpe, Excelência. Intervenção federal no sentido de...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – A Polícia Federal fez alguma tentativa de intervenção na prisão de vocês? Porque, hoje, temos dificuldade de saber quem são essas pessoas presas. Esse relatório está dentro da Polícia Civil; não está mais com a Polícia Militar. Queremos saber se houve, em algum momento, alguma intervenção federal para se esconder quem foram essas pessoas que invadiram os prédios e quiseram colocar a culpa nesses manifestantes. O Comandante Naime falou que era totalmente diferente o tipo de manifestantes. Estou falando isso!

Eu estou querendo saber se existe alguma intervenção federal em relação a isso.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Como havia dito antes, eu preciso me reportar, novamente, ao princípio da compartimentação. Essas informações não chegaram para a minha coordenação. Eu, em específico, não recebi nada a respeito. Como eu disse antes, nenhum relatório técnico de inteligência policial investigativa não chegou para a minha coordenação. Mas, eu não sei se isso chegou para a Secretaria de Segurança Pública ou para a Subsecretaria de Inteligência por causa desse princípio da compartimentação.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, quero, como membro da CPI, Deputada, Parlamentar, cidadã, colocar para o nosso Relator que a gente possa seguir essa linha de raciocínio. Nós precisamos entender quem eram essas pessoas que estavam nos hotéis. Quem eram essas pessoas

que foram preparadas, exatamente no dia da diplomação do Lula, que vieram aqui bater palmas e eram bem diferentes daquelas pessoas do quartel general.

Ontem o Ministro Alexandre de Moraes falou exatamente isso. Ele falou o seguinte: "Havia duzentas pessoas pensantes" no sentido de dar o golpe. Quem são essas duzentas pessoas? Vamos atrás dessas duzentas pessoas. Vamos atrás dessas duzentas pessoas! Vamos atrás dos financiadores dessas duzentas pessoas, porque os outros, ele mesmo disse: "Foram inocentes úteis".

Vejo que aquelas pessoas que estavam ali eram inocentes, sim. Inocentes porque elas acreditam em um Brasil melhor. Elas acreditam numa democracia melhor, elas querem, sim, uma oportunidade para os seus filhos e netos serem simplesmente crianças. Aquelas pessoas ali estavam defendendo a verdadeira democracia e liberdade, o Estado de Direito, não esta pouca-vergonha que está acontecendo.

Isso foi falado ontem pelo Ministro Alexandre de Moraes. Minto! Eu quero deixar claro: quem está falando isso sou eu. Ele falou que havia só duzentas pessoas. Então, eu quero pedir ao nosso Relator: descobrir quem são essas duzentas pessoas. Vamos atrás dos financiadores dessas duzentas pessoas. Talvez sejam as mesmas pessoas que estavam preparadas e hospedadas no dia da diplomação desse Presidente da República.

Então, eu quero, mais uma vez, pedir aqui ao senhor que... só um pouquinho porque eu estou... Eu fico emocionada porque entrei na política, comandante, como mulher, para defesa das nossas crianças.

Hoje, um menino de 17 anos salvou um ônibus, cujo motorista morreu.

Eu espero – eu sou mãe de cinco filhos – que todos nós brasileiros e mães... Eu adoro ser mulher! Adoro ser mulher! Acho que Deus me deu a oportunidade de poder gerar! Eu não posso ter vergonha disso! Muito pelo contrário! Acho isso um milagre da vida.

Nós mulheres temos que cuidar dos nossos filhos homens, ensiná-los a serem homens de verdade. Esta sociedade precisa começar a respeitar as diferenças, mas fazer *lobby* em relação a situações que não são adequadas a uma família nós não podemos aceitar.

Eu estou aqui como brasileira, mulher, mãe, acreditando que esta CPI não tem político favorito. Que ela tenha a nossa dignidade, a nossa liberdade e, principalmente, o amor à nossa Pátria.

Que os Deputados daqui saibam da responsabilidade... Eu vi aí, no lugar do senhor – eu nunca tinha visto o Comandante Naime –, homens como o senhor está falando aqui: de dedicação à segurança pública do Distrito Federal.

Foi falado aqui também de, muitas vezes, entrar política. Política é algo sagrado quando é bem feita e não tem interesses escusos. Que a gente possa mostrar para a sociedade do Distrito Federal a verdade e quem está querendo destruir a democracia do nosso Brasil.

Só completando aqui a minha fala... (Pausa.)

Eu gostaria de fazer outro pedido. O senhor falou aqui que, graças à Delegada Marília, vocês tiveram acesso a um documento. Logo no começo da reunião, o senhor falou isso. Não foi isso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – O relatório da inteligência o senhor entregou também para o Tenente-Coronel Rosivan?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, entreguei.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Ele entregou para a Coronel Cintia?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Bom, Excelência...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Como é o trâmite disso?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – De acordo com o protocolo tático integrado, é necessário que esse documento seja entregue tanto para o Secretário de Segurança Pública quanto para a Subsecretaria de Operações Integradas. No dia, a Coronel Cintia não se encontrava. Fui lá, eu,

pessoalmente entregar para ela. Como ela não se encontrava, entreguei para o Tenente-Coronel Rosivan.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, a Coronel Cintia não estava lá para receber e quem recebeu foi o Coronel Rosivan?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Exato.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – E o que ele fez? Você está sabendo?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Ele abriu... Até onde eu vi, pelas filmagens, ele abriu o documento e depois ele me confirmou que entregou esse documento e repassou as informações para a Coronel Cintia.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então é outro depoimento, Presidente, que, se não houver... Eu vejo que é muito importante nós chamarmos o Comandante-Geral Klepter para depor aqui na CPI. Acho isso fundamental. Penso que isso seja fundamental. Também penso que seja fundamental a Coronel Cintia vir aqui e penso que seja fundamental chamarmos também o Tenente-Coronel Rosivan.

Deixe-me verificar aqui se já fiz todas as perguntas.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Mas eu conversei com o Tenente-Coronel Rosivan posteriormente, e ele disse que entregou à Coronel Cintia. Então, eu creio que isso tenha sido repassado, realmente.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – A segurança pública do Distrito Federal recebeu alguma informação de inteligência de algum órgão federal sobre uma eventual prisão de algum manifestante?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não recebeu?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Não. A minha coordenação, especificamente, não. Eu preciso deixar isso bem claro.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, eu posso concluir que a secretaria não teria como prever a necessidade de reforço?

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Excelência, isso seria especificamente para o dia 12?

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Isso.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Doze de dezembro?

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Isso.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim. Se tivéssemos essa informação, teríamos nos preparado melhor. A inteligência, inclusive, teria condições de assessorar tanto o secretário quanto os órgãos de segurança pública para que se planejassem para essa situação, mas não recebemos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Bom, então, com esses dois minutos e quarenta segundos que me restam, vou falar a respeito do que o Deputado Thiago Manzoni trouxe, e o Deputado Federal Kim Kataguirí levou há dois dias à CCJ – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. É uma informação muito importante: a Polícia Federal avisou o Ministro da Justiça Flávio Dino.

Eu vi o depoimento dele na CCJ e confesso ao senhor, Deputado Thiago Manzoni, que não tenho a mesma sensação que o senhor tem de que ele responde de forma firme, não. Eu vou dizer: eu acho esse ministro muito debochado; ele responde com deboche, achando que nós brasileiros somos bobos. "Eles são bobos." Eu não sou boba. Eu não sou boba! Que ele respeite mais o Poder Legislativo, que ele respeite mais os Parlamentares, porque eles são os representantes do povo.

Então, primeiramente quero dizer o seguinte: eu não acho que o ministro hoje responde com firmeza, não. Ele responde com deboche. Com deboche! E ele sabia o que ia acontecer e dispensou a Força Nacional de Segurança Pública.

Deixo claro, também, que o Ministro Alexandre de Moraes elogiou os militares. Alguns Parlamentares aqui fizeram uma voz colocando culpa nos militares, dizendo que eles foram permissivos, e o Ministro Alexandre de Moraes reforçou que o Exército tem contribuído muito para conter as manifestações. E que ele, ministro, também não entendeu – pelo menos deixou isso claro para mim, foi essa a percepção que eu tive –, por que o Batalhão da Guarda Nacional não agiu. Ele até se calou na hora, exatamente para não dar em alguma coisa. Mas foi isso que ele deixou no ar.

Então nós estamos aqui diante de um Governo Federal que acha que nós somos bobos. Mas não somos, não. Nós estamos vendo. Eu peço que Deus nos abençoe, eu peço que esse ministro que se diz Ministro da Justiça tenha mais consideração por esse povo tão sofrido. Que são, sim, pessoas que querem o bem do Brasil e querem, sim, o bem do futuro do Brasil, que são as nossas crianças e adolescentes.

Muito grata. Que Deus abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quero regimentalmente deixar uma questão clara aqui. Da nossa parte aqui – minha, do Relator e dos demais integrantes desta comissão – não existe nenhum tipo de machismo. E que o cargo de Vice-Presidente não é automaticamente transferido para suplente.

Se a Deputada Jaqueline Silva deixar de ser Vice-Presidente, nós temos que eleger uma nova ou um novo vice-presidente, assim como, se eu deixar de ser Presidente, não é o Deputado Gabriel Magno que me substitui, a CPI vai eleger um novo presidente. Isso é o Regimento Interno.

Estou deixando isso claro, porque as pessoas estão assistindo e aí podem achar que o Deputado Chico Vigilante é machista.

Passo a palavra, por quinze minutos, ao Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, bom dia – a gente não almoçou ainda. Coronel Jorge, quero agradecer ao senhor por estar presente e responder a essas questões.

Parece-me, Presidente e Sr. Coronel, que esta CPI já ouviu alguns relatos importantes sobre os ocorridos no dia 12 e no dia 8, inclusive da equipe de inteligência.

Foram preparados relatórios da inteligência, como, por exemplo, o Relatório nº 6/2023, da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública. Nesse aqui repetidamente –, traz alguma surpresa. Primeiro porque, desde o dia 3 de janeiro, circulava uma convocação para o ato em Brasília, entre os dias 6 e 8 de janeiro, intitulado Tomada do Poder pelo Povo. Está no presente relatório do dia 6.

As divulgações apresentam-se, inclusive, de forma alarmante, dada a afirmação de que se tratava de um ato pela tomada do poder, que, como reafirmou ontem o Ministro do Supremo Tribunal Federal, por si só já configuraria crime, porque atentar contra o Estado Democrático de Direito, neste País, é crime – aliás, em qualquer lugar do planeta. No Brasil, pelo Código Penal brasileiro, é crime. Não é livre manifestação ir para a rua pedir intervenção militar. É um crime!

No relatório também constam grupos de mensagens nos quais os integrantes seriam conhecidos, como o senhor também disse aqui hoje, por CACs – caçadores, atiradores e colecionadores, com postagens, inclusive, dizendo: "sitiar Brasília"; e que já denotavam a intenção de prática de atos de violência no dia 8 de janeiro.

Além desse relatório, coronel, o senhor, inclusive, enviou sete alertas de que existia o grupo, com as frações de inteligência... A responsável pela inteligência da segurança pública também que esteve aqui, também disse o que era, explicou para esta CPI o que eram essas frações de inteligência com esses alertas.

Para mim, parece-me, coronel, que nós temos algumas evidências – informações, inclusive – suficientes do risco que representavam as ações e o ato do dia 8 de janeiro, inclusive tendo como prévias o ocorrido no dia 12 de dezembro e, depois, ao longo de janeiro, os atentados no final de dezembro. Se eu não me engano, no dia 28 de dezembro, houve uma tentativa de bomba no aeroporto – ou 24 de dezembro. Parece-me que havia informações suficientes, de acordo com esse documento da Polícia Militar datado do dia 15 de janeiro, o Relatório Técnico Jurídico Preliminar.

Segundo o relatório, não só o PAI, mas também o planejamento para o dia 8, no mínimo, no mínimo, não deram a devida importância para o que estava acontecendo ou prestes a acontecer. O relatório da Polícia Militar, inclusive, trata disso.

Tanto no GDF quanto na esfera federal, são estabelecidos protocolos para os eventos no Distrito Federal, que têm como conceito de operação: o risco. O risco significa avaliar as ações violentas praticadas durante manifestações sociais, o cumprimento do sistema de mobilização urbana, o comprometimento dos serviços essenciais, os ataques cibernéticos, os fenômenos naturais, a criminalidade e violência urbana e as ações terroristas ou de sabotagem de qualquer natureza.

Parece-me que, desses sete pontos do documento da Polícia Militar, talvez o único que não deveria receber o alerta máximo de risco é o de fenômenos naturais. Não tinha nenhuma previsão meteorológica de que, naquele dia 8 de janeiro, teríamos algum fenômeno natural para acontecer. Dos outros seis, as evidências, para nós, são nítidas de que o risco e o alerta deveriam ser máximos, como aconteceu. Acabou que, infelizmente, no dia 8 de janeiro, a gente viu, ao vivo, transmitida pela imprensa, uma tentativa patética – mas uma tentativa – de golpe de Estado nesse País.

Digo isso, coronel, porque já foi dito aqui nesta CPI e em outros lugares que o que aconteceu no dia 8 foi um apagão. De fato, o apagão aconteceu, mas me parece que alguém apertou o interruptor, que alguém desligou os disjuntores, para que o apagão acontecesse. Não é possível que uma força de segurança como a Polícia Militar, como as forças de segurança do Distrito Federal – e aqui a gente reconhece a história, a competência e a qualidade do pessoal e do quadro –, que tudo conspirava numa simples coincidência nesse apagão.

É papel desta CPI e das investigações tentar descobrir quem apertou o botão que desligou o comando da segurança pública, porque são várias as coincidências. O secretário de segurança saiu de férias – e férias essas dadas pelo ex-Presidente da República – e viajou para fora do País, sem avisar ou sem fazer ou preparar um plano. O próprio coronel responsável pelo operacional, também de férias; enfim, tudo que já relataram aqui. Então, alguém deixou os manifestantes, que não eram manifestantes – criminosos, golpistas – entrarem na Esplanada do Ministério.

Estou querendo colocar essas palavras, primeiro, coronel, porque eu acho que nós temos aqui um importante caminho para tentar solucionar. A partir de ontem, inclusive, na reunião com o Ministro Alexandre de Moraes, parece-me que quatro questões são fundamentais.

A primeira, quem mandou abrir a Esplanada dos Ministérios no dia 8 de janeiro? E aí eu faço uma questão, a minha primeira questão ao senhor, dum alerta muito grave do Deputado Thiago Manzoni. Eu estou com o documento aqui da Polícia Federal ao ministro Flávio Dino. A Polícia Federal fez o alerta no dia 7 de janeiro, às 18h51min; e o ministro Flávio Dino, prontamente, respondeu no dia, no mesmo dia 7 de janeiro, às 19h11min – vinte minutos depois de receber o alerta da Polícia Federal. Inclusive, leio aqui a resposta do Ministério da Justiça: “Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança para auxiliar na proteção da ordem pública e do patrimônio público e privado entre a Rodoviária de Brasília e a Praça dos Três Poderes, assim como na proteção de outros bens da União situados em Brasília em caráter episódico e planejado nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023”.

Então, quero aqui – inclusive, publicamente –, mais uma vez, elogiar a postura firme e correta do Ministro da Justiça Flávio Dino, que prontamente respondeu. O que nos causa estranheza, mais uma vez, coronel, é que o governador desta cidade, o Governador do Distrito Federal, o Sr. Ibaneis Rocha, só respondeu à autorização do Ministério da Justiça de “Utilize o emprego das Forças Nacionais de Segurança”. Está aqui também o documento – e eu faço questão de apresentar – assinado pelo Governador Ibaneis Rocha, solicitando a Força Nacional do dia 8 de janeiro, às 17h29min. Ou seja, depois que já tinha acontecido a barbárie.

O senhor acabou de dizer que o governador é quem manda, o chefe das forças de segurança. Comandante chefe das forças de segurança.

Por que o governador demorou tanto para acionar a Força Nacional? Se o alerta – inclusive, é importante esse destaque que o Deputado Thiago Manzoni traz – foi feito pela Polícia Federal no dia anterior, às 18h51min, e autorizado pelo Ministro da Justiça Flávio Dino às 19h11min. Por que que demorou um dia? E demorou a acontecer a invasão criminosa golpista nos três prédios da República para o governador se manifestar?

É muito grave. É muito grave. E quero fazer aqui, coronel, mais duas questões. Faço elas de conjunto, depois, se o senhor puder responder.

A primeira delas que a gente tem repetido aqui, é que inúmeras inconsistências rondam a confecção e esse protocolo do dia 8. Já falamos aqui das outras manifestações. O senhor relatou especificamente esse protocolo de que vocês ficaram de fora. A questão do público informado no PAI para inclusive avaliar o risco. Estranha novamente que, no PAI nº 2/2023, dos atos do dia 8, o público participante era "não informado", sendo que, em diversas outras, havia uma previsão e nesse não acontece.

O Decreto nº 26.903/2006, que "aprova o regulamento das medidas operacionais e administrativas para assegurar o exercício do direito de manifestação e de reunião no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências", no seu art. 10, inciso III, diz que compete à Polícia Militar do Distrito Federal avaliar, com a antecedência possível, o caráter e os números da manifestação para o emprego compatível dos meios necessários. Eu pergunto a V.Exa. por que a Polícia Militar, diante do decreto e da sua competência também, não fez esses alertas que não constam nem no PAI e... Mais uma vez, pergunto diante do que foi colocado aqui: quem, coronel, autorizou a abertura da Esplanada dos Ministérios na véspera dos acontecimentos do dia 8? Inclusive, como nos relatou ontem o Sr. Ministro Alexandre de Moraes, a informação é que, até o dia 7, era para se manter – e a Esplanada estava, de fato – fechada. Alguém mandou abrir e, aí, facilitou o acesso.

Última pergunta, coronel. Atualmente no Governo do Distrito Federal, em vários órgãos públicos do País, mais especificamente do Distrito Federal, a tramitação de todos os documentos se dá por meio eletrônico, o chamado SEI – Sistema Eletrônico de Informações. Conforme relatado no relatório do interventor, por volta das 17h40, o Coronel Henrique compareceu à SOPI de posse de um envelope destinado à Subsecretaria de Operações Integradas, a SOPI, ocasião em que o coordenador de eventos e atividades especiais deixou o envelope na mesa do titular da pasta.

Pergunta que fica: o que continha nesse envelope sigiloso deixado na mesa da subsecretaria? É prática usual nas forças de segurança não tramitar documentos no SEI? Porque o SEI, inclusive, permite a tramitação de documentos de maneira sigilosa. Porque, nesse caso específico, foi feito de maneira fora do SEI, em um envelope deixado na mesa da subsecretaria, inclusive fora do expediente, como está no relatório? E aí a pergunta: sobre quem recai a responsabilidade pela omissão nesse caso? Sobre o 1º CPR?

Eu gostaria de destacar essas três perguntas.

Quero dizer, para encerrar nos trinta segundos que me faltam, que é fundamental que esta CPI, a partir do depoimento do senhor e de outras pessoas que têm vindo aqui, avance para entender: quem mandou abrir a Esplanada; quem apertou o botão, o disjuntor que apagou as forças de segurança no Distrito Federal; quem foi conivente com as manifestações golpistas após a eleição no segundo turno; por que o QG – como foi dito em vários relatos – era uma incubadora criminosa e ali já acontecia e já era notório o crime contra o Estado Democrático de Direito; e, obviamente, quem financiou toda essa estrutura que tentou montar e aplicar um golpe de Estado no Brasil.

Eu queria saber também do senhor se as forças de inteligência da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança Pública, sobre essas questões tão importantes, já tinham, na época, evidências disso ou se, agora, avançaram também nessas investigações.

Agradeço. Muito obrigado pela presença mais uma vez.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Sim, Excelência. Primeiramente, com relação à Esplanada, isso consta do PAI, do Protocolo de Ações Integradas. A Esplanada foi fechada para veículos. O único ponto... Isso pelo que eu li do protocolo. O único ponto que estava fechado integralmente era a Praça dos Três Poderes. Com relação ao envio da documentação de forma física, um documento de inteligência, um relatório de inteligência, ele possui, como eu disse anteriormente, ele possui algumas características que precisam ser mantidas. Por isso, ele foi entregue dessa forma. De acordo com o PAI, também se verifica que, durante o início do fluxo de que a manifestação iria ocorrer, a inteligência se posicionou e informou à Subsecretaria de Operações Integradas. Então, isso é constante do PAI. O documento precisou ser físico por uma condição específica, por se tratar de um documento, de um relatório de inteligência. Se criou o entendimento de que ele não deveria

seguir pelo sistema de protocolo SEI e, por isso, foi feito dessa forma. Mas a principal medida adotada pela inteligência não foi nem o relatório, foi o estabelecimento da célula de inteligência, que permitiu a integração de todos os órgãos e permitiu que esses conhecimentos fossem divulgados para as forças de segurança.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero dizer que a presença de V.Sa. neste dia de depoimento à CPI foi muito esclarecedora. Há pontos que nós vamos fechar. Depois, talvez tenhamos que convidar V.Sa. novamente. Mas, por hoje, o senhor compareceu aqui sem advogado, respondeu a todas as indagações que foram feitas. Portanto, esta CPI agradece a sua presença.

Peço para os membros da CPI não saírem, porque nós temos alguns requerimentos para aprovar. Mas eu estou dispensando, neste momento, a presença do Coronel Jorge Henrique da Silva Pinto, a não ser que ele queira continuar com a gente.

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO – Coronel, eu conheço o trabalho do senhor de muitos anos, a seriedade com que o senhor ministrou cursos e mais cursos dentro da corporação. Eu, como praça que sou, e os oficiais também... O senhor sempre esteve à frente da corporação. Eu sei do grau de responsabilidade que o senhor tem e do comprometimento que o senhor tem com a Polícia Militar.

Eu só queria deixar registrado isso.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor está dispensado.

SR. JORGE HENRIQUE DA SILVA PINTO – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós temos aqui sete requerimentos a serem votados.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Item nº 1:

Discussão e votação do Requerimento nº 121/2023, de autoria do Deputado Fábio Félix, que "Requer a oitiva do Senhor Major Cláudio Mendes dos Santos a respeito dos atos praticados no dia 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, contra os Poderes da República Federativa do Brasil".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como estão; os que não concordam queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Item nº 2:

Discussão e votação do Requerimento nº 123/2023, de autoria do Deputado Fábio Félix, que "Requer informações a respeito dos meios adequados para difusão de relatórios de inteligência e cópia integral dos documentos que especifica".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como estão; os que discordam queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Item nº 3:

Discussão e votação do Requerimento nº 124/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que "Requer ao Comando do Exército Brasileiro, cópias dos documentos expedidos à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), no tocante ao acampamento do QG".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como estão; os que discordam queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Item nº 4:

Discussão e votação do Requerimento nº 125/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que "Requer ao Ministério da Justiça, cópias dos documentos expedidos à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), no tocante ao acampamento do QG".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como estão; os que discordam queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Item nº 5:

Discussão e votação do Requerimento nº 126/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que "Requer à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informações acerca dos ônibus e passageiros que chegaram a Brasília na semana do dia 01/01/2023, até o dia 08/01/2023".

Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como estão; os que discordam queiram manifestar-se. (Pausa.)

Não havendo discordância, estará aprovado por 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sr. Presidente, só para fazer a discussão desse requerimento. Assim. Só para... O prazo é que eu tenho dificuldade de compreender, porque o prazo dos ônibus acho que vai ser uma documentação muito extensa e que não nos ajuda. Os ônibus que chegaram para o ato... Se o objetivo é analisar os atos do dia 8, os ônibus chegaram entre o dia 6 e o dia 8.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas vamos deixar. Deputado, eu peço a V.Exa. para deixar como está.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Só para terminar a discussão, Presidente, porque depois para a gente poder fazer a análise desses documentos... Teve uma outra ação na semana anterior que foi a posse. Então, claro, as pessoas que chegaram para a posse não chegaram no dia 1º. Então, seria anterior. Só que eu acho... Só para depois o Deputado e a gente conversar para dialogar, para diferenciar exatamente as datas, para a gente não ter uma documentação extensa e não conseguir fazer a análise da forma adequada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu proponho a V.Exa. que a gente mantenha como está.

DEPUTADO PEPA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEPA – A solicitação do Deputado Pastor Daniel de Castro é mais do que clara.

Por que ele pede do dia 1º? Porque vem desde o dia da posse do Presidente. E todos os fatos aconteceram na Esplanada. Por isso que a questão, essa documentação toda precisa ser até um pouco antes do dia 1º. Não do dia 1º para cá. Está bom?

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, eu também concordo com o Deputado Pepa.

Só quero confirmar com o senhor, porque eu não estou aqui com os requerimentos que estão sendo votados: é a partir do dia 1º? Porque nós também estamos... O Deputado Pastor Daniel de Castro fez antes, porque nós temos o ato do dia 12 – que é exatamente esse ato... Eu quero saber se o requerimento dele está aí?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputada, nós estamos votando de acordo com o pedido.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não, é sobre isso que eu estou querendo esclarecimento do senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu não vou alterar o pedido, o Deputado pediu a partir do dia 1º, nós vamos votar dia 1º.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sim, mas eu estou querendo saber, então é só a partir do dia 1º? Então, eu vou pedir à minha assessoria que a gente possa apresentar um requerimento... do dia 6...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estamos aprovando os que estão na mesa.

Vamos fazer votação nominal.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem "sim" estarão aprovando o requerimento; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PEPA – Sim.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sim.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Sim.

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Item nº 6:

Discussão e votação do Requerimento nº 128/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que "Requer à Secretaria Nacional de Planejamento, Sustentabilidade e Competitividade no Turismo, do Ministério do Turismo, cópias das fichas de registro de hóspedes que estiveram hospedados nos hotéis do setor hoteleiro sul e norte de Brasília, entre os dias 06 e 09 de janeiro de 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Item nº 7:

Discussão e votação do Requerimento nº 129/2023, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que "Requer à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, listagem nominal com todos que foram presos devido à depredação ao patrimônio público no dia 08 de janeiro de 2023".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

Só ratificando um requerimento extrapauta que foi apresentado por V.Exa., Deputado Hermeto, que "solicita à Polícia Militar do Distrito Federal e à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal o compartilhamento de todas as informações dos Inquéritos Policiais Militares – IPM que correspondem aos Praças e aos Oficiais, tanto os finalizados quanto os em andamento sobre os Atos antidemocráticos..."

Informo que esse requerimento, de autoria do Deputado Hermeto, já foi votado, mas eu vou votá-lo novamente.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento obteve 6 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Só confirmando, aqui, Presidente: a Polícia Militar já tem, nos IPMs, seis indiciados pelos atos antidemocráticos. Então, esses seis indiciados... nós vamos, agora, aprofundar com toda documentação que a polícia vai nos mandar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós temos agora uma definição, Deputados e Deputada, a ser tomada que é a seguinte: nós estamos com oitiva marcada para terça-feira.

Eu queria propor que, na próxima terça-feira, tendo em vista que é Semana Santa, em vez da oitiva que a gente fizesse uma reunião administrativa, às 10h, para que a gente monte todo o calendário de abril com as pessoas que já estão convocadas, para a gente sair daqui com a pauta preparada para todo o mês de abril.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sr. Presidente, estou de acordo com a proposta de V.Exa., só queria sugerir que essa reunião fosse aberta – se não houver vaga no plenário, que seja em uma sala de comissões –, para a gente poder fazer a discussão. Da outra vez a *TV Câmara Distrital* teve alguma dificuldade aqui na sala do fundo. Mesmo que seja uma reunião administrativa, para que a gente possa fazer a discussão. Então, sugiro isso a V.Exa. e há o acordo, às 10h, na terça-feira, para a gente fazer a discussão do cronograma.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos fazer ali na Sala Pedro... Como é mesmo o nome daquela sala? (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pedro de Souza Duarte. Está todo mundo de acordo?

Acho que nós avançamos mais um degrau nesta nossa CPI. O depoimento de hoje foi muito importante, muito esclarecedor no sentido de demonstrar aquilo que foi chamado de apagão. Na verdade, houve um desligamento completo.

Acho que a audiência de ontem com o Ministro Alexandre de Moraes também foi muito importante. E aí eu quero ressaltar aqui de forma pública a maneira cortês, por que não dizer, muito urbana, com que o Ministro... Até o carinho que teve com todos nós. Aquele gesto de nos receber, Deputado Hermeto, na entrada, de pé, cumprimentando todo mundo, com toda a assessoria posta ali, acho que é um gesto, uma demonstração efetiva da importância que tem esta CPI.

Ali não era o Deputado Chico Vigilante, nem o Deputado Hermeto, nem a Deputada Paula Belmonte, nem o Deputado Fábio Félix, enfim, era a CPI que estava ali. E deu a oportunidade para que todo mundo falasse. A presença do nosso Presidente, Deputado Wellington Luiz – que eu quero agradecer –, também foi muito importante. Portanto, acho que a audiência ontem com o Ministro Alexandre de Moraes foi um grande momento desta CPI.

Ele não pediu segredo de nada que falou. Mas cabe a nós mesmos, e eu tenho feito isso... Há algumas coisas a gente não tem que ficar divulgando por aí, até porque, se ele quisesse que fosse divulgado, teria mantido a imprensa toda lá dentro. Pediu para fazer imagens e tudo, mas há muita coisa importante que ele falou que a gente não vai divulgar por aí.

Mas uma das coisas que ele falou já se concretizou no dia de hoje. Os senhores estão vendo que está tendo mais uma operação da Polícia Federal chegando, já no dia de hoje, aos financiadores em alguns estados. É aquilo que ele disse: "Nós estamos chegando e vamos chegar no topo. Nós estamos nos financiadores médios, mas nós vamos chegar no topo da cadeia de quem fez isso".

Outro ponto importante também colocado por ele é que qualquer tentativa de acampamento em porta de quartel que acontecer daqui para frente é flagrante, e serão presos.

Obrigado a todas e todos.

Terça-feira, às 10h, a gente se encontra para a reunião administrativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h22min.)

Observação: nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pela Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.



Documento assinado eletronicamente por **VENESSA DE CARVALHO COSTA - Matr. 12534, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 31/03/2023, às 13:28, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 31/03/2023, às 14:29, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1110931** Código CRC: **FD87A374**.

00001-00008706/2023-96

1110931v9